CARLOS ROBERTO GONÇALVES

Mestre em Direito Civil pela PUC-SP.
Desembargador aposentado do Tribunal de Justiça de São Paulo.
Membro da Academia Brasileira de Direito Civil e do Instituto Brasileiro de Direito Contratual. Compõe o Corpo de Árbitros do Centro de Arbitragem e Mediação da Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP).

Direito Civil BRASILEIRO

1 PARTE GERAL

19ª edição
2021

saraiva jur

ISBN 978-85-536-0765-5 obra completa

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057

Gonçalves, Carlos Roberto
Direito civil brasileiro – volume 1 : parte geral / Carlos Roberto Gonçalves. – 19. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2021.
600 p.

Bibliografia
ISBN 978-65-5559-263-2 (impresso)

1. Direito civil - Brasil. I. Título.

CDD 340
20-0505 CDU 347(81)

Índice para catálogo sistemático:

1. Direito civil

saraiva EDUCAÇÃO | saraiva

Av. Paulista, 901, 3º andar
Bela Vista – São Paulo – SP – CEP: 01311-100

SAC | sac.sets@somoseducacao.com.br

Diretoria executiva	Flávia Alves Bravin
Diretoria editorial	Renata Pascual Müller
Gerência de projetos e produção editorial	Fernando Penteado
Planejamento	Josiane de Araujo Rodrigues
Novos projetos	Sérgio Lopes de Carvalho Dalila Costa de Oliveira
Edição	Clarissa Boraschi Maria (coord.) Aline Darcy Flor De Souza
Produção editorial	Daniele Debora de Souza (coord.) Verônica Pivisan Reis
Arte e digital	Mônica Landi (coord.) Camilla Felix Cianelli Chaves Claudirene de Moura Santos Silva Deborah Mattos Guilherme H. M. Salvador Tiago Dela Rosa
Projetos e serviços editoriais	Daniela Maria Chaves Carvalho Kelli Priscila Pinto Laura Paraíso Buldrini Filogônio Marília Cordeiro Nicoly Wasconcelos Razuk
Diagramação	Fabricando Ideias Design Editorial
Revisão	Denise Pisaneschi
Capa	IDÉE arte e comunicação
Produção gráfica	Marli Rampim Sergio Luiz Pereira Lopes
Impressão e acabamento	Edições Loyola

Data de fechamento da edição: 5-10-2020

Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 606761 CAE 741591

ÍNDICE

INTRODUÇÃO AO DIREITO CIVIL

CAPÍTULO I
CONCEITO E DIVISÃO DO DIREITO

1. Conceito de direito 17
2. Distinção entre o direito e a moral 19
3. Direito positivo e direito natural 20
4. Direito objetivo e direito subjetivo 22
5. Direito público e direito privado 24
6. A unificação do direito privado 28

CAPÍTULO II
DIREITO CIVIL

1. Conceito de direito civil 30
2. Histórico do direito civil 31
3. A codificação 33
4. O Código Civil brasileiro 36
   4.1. O Código Civil de 1916 36
   4.2. O Código Civil de 2002 38
      4.2.1. Estrutura e conteúdo 40
      4.2.2. Princípios básicos 41
      4.2.3. Direito civil-constitucional 42
      4.2.4. Eficácia horizontal dos direitos fundamentais 44

LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO

1. Conteúdo e função 46
2. Fontes do direito 48
3. A lei 49
   3.1. Conceito 50
   3.2. Principais características 50
   3.3. Classificação 52
4. Vigência da lei 57
   4.1. Início da vigência 57
   4.2. Revogação da lei 60
5. Obrigatoriedade das leis 67
6. A integração das normas jurídicas 68
   6.1. A analogia 70
   6.2. O costume 72
   6.3. Os princípios gerais de direito 74
   6.4. A equidade 75
7. Aplicação e interpretação das normas jurídicas 76
8. Conflito das leis no tempo 81
9. Eficácia da lei no espaço 85
10. Inovações introduzidas pela Lei n. 13.655, de 25 de abril de 2018 91

Livro I
DAS PESSOAS

Título I
DAS PESSOAS NATURAIS

Capítulo I
DA PERSONALIDADE E DA CAPACIDADE

INTROITO

1. Nota introdutória 99
2. Personalidade jurídica 100
3. Capacidade jurídica e legitimação 101

DAS PESSOAS COMO SUJEITOS DA RELAÇÃO JURÍDICA

4. Os sujeitos da relação jurídica 103
5. Conceito de pessoa natural 105
6. Começo da personalidade natural 106

DAS INCAPACIDADES

7. Conceito e espécies 116
7.1. Incapacidade absoluta: os menores de 16 anos 117
7.2. Incapacidade relativa 121
7.2.1. Os maiores de 16 e menores de 18 anos 122
7.2.2. Os ébrios habituais e os viciados em tóxico 124
7.2.3. Os que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade 125
7.2.4. Os pródigos 125
7.2.5. Curatela de pessoas capazes (deficientes) e incapazes 127
7.2.5.1. O procedimento da curatela 127
7.2.5.2. A tomada de decisão apoiada 133
8. A situação jurídica dos índios 134
9. Modos de suprimento da incapacidade 137
10. Sistema de proteção aos incapazes 138
11. Cessação da incapacidade 140
11.1. Maioridade 141
11.2. Emancipação 142
11.2.1. Emancipação voluntária 143
11.2.2. Emancipação judicial 145
11.2.3. Emancipação legal 146

EXTINÇÃO DA PERSONALIDADE NATURAL

12. Modos de extinção 151
12.1. Morte real 151
12.2. Morte simultânea ou comoriência 152
12.3. Morte civil 153
12.4. Morte presumida 154

INDIVIDUALIZAÇÃO DA PESSOA NATURAL

13. Modos de individualização 156
13.1. Nome 156
13.1.1. Conceito 157
13.1.2. Natureza jurídica 159
13.1.3. Elementos do nome 160
13.1.3.1. Prenome 161
13.1.3.2. Sobrenome 162
13.1.4. Imutabilidade do nome 164
13.1.4.1. Retificação de prenome 164
13.1.4.2. Adições intermediárias 168
13.1.4.3. Mudanças no sobrenome 169
13.1.4.4. Outras hipóteses 172
13.2. Estado 182
13.2.1. Aspectos 182
13.2.2. Caracteres 184
13.3. Domicílio 185
13.3.1. Domicílio da pessoa natural 186
13.3.1.1. Conceito 186
13.3.1.2. Espécies 189
13.3.2. Domicílio da pessoa jurídica 192
14. Atos do registro civil 194

CAPÍTULO II
DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE

1. Conceito 200
2. Fundamentos dos direitos da personalidade 202
3. Características dos direitos da personalidade 203
4. Disciplina no Código Civil 206
4.1. Da proteção aos direitos da personalidade 208
4.2. Os atos de disposição do próprio corpo 210
4.3. O tratamento médico de risco 214
4.4. O direito ao nome 219
4.5. A proteção à palavra e à imagem 219
4.6. A proteção à intimidade 223

Capítulo III
DA AUSÊNCIA

1. Introdução 228
2. Da curadoria dos bens do ausente 229
3. Da sucessão provisória 230
4. Da sucessão definitiva 232
5. Do retorno do ausente 233
6. Ausência como causa de dissolução da sociedade conjugal 234

Título II
DAS PESSOAS JURÍDICAS

1. Conceito 236
2. Natureza jurídica 238
   2.1. Teorias da ficção 238
   2.2. Teorias da realidade 239
3. Requisitos para a constituição da pessoa jurídica 241
   3.1. Começo da existência legal 242
   3.2. Sociedades irregulares ou de fato 245
   3.3. Grupos despersonalizados 247
4. Classificação da pessoa jurídica 251
   4.1. Pessoas jurídicas de direito privado 254
      4.1.1. As associações 255
      4.1.2. As sociedades 260
      4.1.3. As fundações 262
      4.1.4. As organizações religiosas 270
      4.1.5. Partidos políticos 271
5. Desconsideração da personalidade jurídica 272
6. Responsabilidade das pessoas jurídicas 284
   6.1. Responsabilidade das pessoas jurídicas de direito privado 285
   6.2. Responsabilidade das pessoas jurídicas de direito público 287
      6.2.1. Evolução histórica 287
      6.2.2. A Constituição Federal de 1988 289
      6.2.3. Responsabilidade por atos omissivos 292
      6.2.4. Danos decorrentes de atos judiciais 293

6.2.4.1. Atos judiciais em geral 293
6.2.4.2. Erro judiciário 296
6.2.5. Danos decorrentes de atos legislativos 298
6.2.5.1. Danos causados por lei inconstitucional.. 298
6.2.5.2. Danos causados por lei constitucionalmente perfeita 299
6.2.5.3. Imunidade parlamentar 300
7. Extinção da pessoa jurídica 301

Livro II
DOS BENS

1. Objeto da relação jurídica 305
2. Bens corpóreos e incorpóreos 307
3. Patrimônio 309
4. Classificação dos bens 311
4.1. Bens considerados em si mesmos 312
4.1.1. Bens imóveis e bens móveis 313
4.1.1.1. Bens imóveis 314
4.1.1.2. Bens móveis 319
4.1.2. Bens fungíveis e infungíveis 322
4.1.3. Bens consumíveis e inconsumíveis 324
4.1.4. Bens divisíveis e indivisíveis 326
4.1.5. Bens singulares e coletivos 328
4.2. Bens reciprocamente considerados 330
4.2.1. Bens principais e acessórios 330
4.2.2. As diversas classes de bens acessórios 332
4.2.2.1. Os produtos 332
4.2.2.2. Os frutos 333
4.2.2.3. As pertenças 334
4.2.2.4. As benfeitorias 336
4.3. Bens quanto ao titular do domínio: públicos e particulares 339
4.4. Bens quanto à possibilidade de serem ou não comercializados: bens fora do comércio e bem de família 343

Livro III
DOS FATOS JURÍDICOS

Título I
DO NEGÓCIO JURÍDICO

Capítulo I
DISPOSIÇÕES GERAIS

1. Fato jurídico em sentido amplo 347
   1.1. Conceito 348
   1.2. Espécies 349
2. Negócio jurídico 351
   2.1. Conceito 352
   2.2. Finalidade negocial 354
      2.2.1. Aquisição de direitos 354
      2.2.2. Conservação de direitos 357
      2.2.3. Modificação de direitos 357
      2.2.4. Extinção de direitos 359
   2.3. Teoria do negócio jurídico 359
   2.4. Classificação dos negócios jurídicos 361
      2.4.1. Unilaterais, bilaterais e plurilaterais 362
      2.4.2. Gratuitos e onerosos, neutros e bifrontes 363
      2.4.3. *Inter vivos* e *mortis causa* 365
      2.4.4. Principais e acessórios. Negócios derivados 365
      2.4.5. Solenes (formais) e não solenes (de forma livre) 366
      2.4.6. Simples, complexos e coligados 367
      2.4.7. Dispositivos e obrigacionais 368
      2.4.8. Negócio fiduciário e negócio simulado 369
   2.5. Interpretação do negócio jurídico 371
3. Ato jurídico em sentido estrito 375
4. Ato-fato jurídico 377

ELEMENTOS DO NEGÓCIO JURÍDICO

5. Classificação 380
6. A tricotomia existência-validade-eficácia 380
7. Requisitos de existência 382

7.1. Declaração de vontade 383
7.1.1. O silêncio como manifestação de vontade 385
7.1.2. Reserva mental 386
7.1.2.1. Conceito 386
7.1.2.2. Efeitos 387
7.2. Finalidade negocial 388
7.3. Idoneidade do objeto 389
8. Requisitos de validade 389
8.1. Capacidade do agente 391
8.2. Objeto lícito, possível, determinado ou determinável 393
8.3. Forma 395

Capítulo II
DA REPRESENTAÇÃO

1. Introdução 398
2. Espécies de representação 399
3. Espécies de representantes 400
4. Regras da representação 401
5. Representação e mandato 402
6. Contrato consigo mesmo (autocontratação) 404
6.1. Conceito 404
6.2. Efeitos 405

Capítulo III
DA CONDIÇÃO. DO TERMO E DO ENCARGO

1. Introdução 408
2. Condição 409
2.1. Conceito 409
2.2. Elementos da condição 411
2.3. Condição voluntária e condição legal 412
2.4. Negócios jurídicos que não admitem condição 413
2.5. Classificação das condições 415
2.6. Retroatividade e irretroatividade da condição 422
2.7. Pendência, implemento e frustração da condição 424

3. Termo 425
3.1. Conceito 425
3.2. Espécies 426
3.3. Os prazos e sua contagem 427
4. Encargo ou modo 428
5. Negócio jurídico processual 431

Capítulo IV
DOS DEFEITOS DO NEGÓCIO JURÍDICO

1. Introdução 432
2. Erro ou ignorância 433
2.1. Conceito 433
2.2. Espécies 434
2.2.1. Erro substancial e erro acidental 434
2.2.1.1. Características do erro substancial 435
2.2.1.2. Erro substancial e vício redibitório 439
2.2.2. Erro escusável 439
2.2.3. Erro real 443
2.2.4. Erro obstativo ou impróprio 443
2.3. O falso motivo 444
2.4. Transmissão errônea da vontade 445
2.5. Convalescimento do erro 446
2.6. Interesse negativo 447

O DOLO

3. Conceito 448
4. Características 449
5. Espécies de dolo 450

A COAÇÃO

6. Conceito 457
7. Espécies de coação 458
8. Requisitos da coação 459
9. Coação exercida por terceiro 464

O ESTADO DE PERIGO

10. Conceito 466

11. Distinção entre estado de perigo e institutos afins 467
11.1. Estado de perigo e lesão 467
11.2. Estado de perigo e estado de necessidade 469
11.3. Estado de perigo e coação 470
12. Elementos do estado de perigo 470
13. Efeitos do estado de perigo 473

A LESÃO

14. Conceito 476
15. Características da lesão 478
16. Elementos da lesão 480
17. Efeitos da lesão 482

A FRAUDE CONTRA CREDORES

18. Conceito 484
19. Elementos constitutivos 485
20. Hipóteses legais 487
20.1. Atos de transmissão gratuita de bens ou remissão de dívida 488
20.2. Atos de transmissão onerosa 489
20.3. Pagamento antecipado de dívida 490
20.4. Concessão fraudulenta de garantias 491
21. Ação pauliana ou revocatória 492
21.1. Natureza jurídica 492
21.2. Legitimidade ativa 495
21.3. Legitimidade passiva 497
22. Fraude não ultimada 498
23. Validade dos negócios ordinários celebrados de boa-fé pelo devedor. 499
24. Fraude contra credores e fraude à execução 501

CAPÍTULO V
DA INVALIDADE DO NEGÓCIO JURÍDICO

1. Introdução 508
2. Negócio jurídico inexistente 509
3. Nulidade 510

3.1. Conceito 510
3.2. Espécies de nulidade 510
3.3. Causas de nulidade 511
4. Anulabilidade 513
4.1. Conceito 513
4.2. Causas de anulabilidade 514
5. Diferenças entre nulidade e anulabilidade 514
6. Disposições especiais 517
7. Conversão do negócio jurídico 518

A SIMULAÇÃO

8. Conceito 520
9. Características da simulação 521
10. Espécies de simulação 521
11. Hipóteses legais de simulação 524
12. Efeitos da simulação 525
13. Simulação e institutos afins 525

TÍTULO II
DOS ATOS JURÍDICOS LÍCITOS

1. Disposições aplicáveis 527
2. Críticas à inovação 527

TÍTULO III
DOS ATOS ILÍCITOS

1. Conceito 530
2. Responsabilidade contratual e extracontratual 533
3. Responsabilidade civil e responsabilidade penal 534
4. Responsabilidade subjetiva e responsabilidade objetiva 535
5. Imputabilidade e responsabilidade 537
5.1. A responsabilidade dos privados de discernimento 537
5.2. A responsabilidade dos menores 539
6. Pressupostos da responsabilidade extracontratual 540
6.1. Ação ou omissão 540
6.2. Culpa ou dolo do agente 541
6.3. Relação de causalidade 542

6.4. Dano 542
7. Atos lesivos não considerados ilícitos 543
7.1. A legítima defesa 543
7.2. O exercício regular e o abuso de direito 544
7.3. O estado de necessidade 546

Título IV
DA PRESCRIÇÃO E DA DECADÊNCIA

Capítulo I
DA PRESCRIÇÃO

1. Introdução 548
2. Conceito e requisitos 550
3. Pretensões imprescritíveis 552
4. Prescrição e institutos afins 553
5. Disposições legais sobre a prescrição 555
6. Das causas que impedem ou suspendem a prescrição 560
7. Das causas que interrompem a prescrição 564
8. Prazos de prescrição no Código Civil 570

Capítulo II
DA DECADÊNCIA

1. Conceito e características 572
2. Disposições legais sobre a decadência 574

Título V
DA PROVA

1. Introdução 576
2. Meios de prova 577
2.1. Confissão 578
2.2. Documento 579
2.3. Testemunha 583
2.4. Presunção 584
2.5. Perícia 585

Bibliografia 587

STJ00113826 - V. 2

CARLOS ROBERTO GONÇALVES

Mestre em Direito Civil pela PUC-SP.
Desembargador aposentado do Tribunal de Justiça de São Paulo.
Membro da Academia Brasileira de Direito Civil e do Instituto Brasileiro de Direito Contratual. Compõe o Corpo de Árbitros do Centro de Arbitragem e Mediação da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp).

Direito Civil BRASILEIRO

2 TEORIA GERAL DAS OBRIGAÇÕES

19ª edição
2022

saraiva jur

ISBN 978-85-536-8765-5-obra completa

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
VAGNER RODOLFO DA SILVA – CRB-8/9410

G635d Gonçalves, Carlos Roberto

Direito Civil Brasileiro – Teoria Geral das Obrigações – v. 2 / Carlos Roberto Gonçalves. – 19. ed. – São Paulo : SaraivaJur, 2022.

472 p.

ISBN 978-65-5559-622-9 (Impresso)

1. Direito. 2. Direito Civil. 3. Direito das obrigações. 4. Teoria Geral das Obrigações. 5. Relação obrigacional. I. Título. II. Série.

CDD 347
2021-3744 CDU 347

Índices para catálogo sistemático:

1. Direito Civil 347
2. Direito Civil 347

saraiva EDUCAÇÃO | saraiva

Av. Paulista, 901, 3º andar
Bela Vista – São Paulo – SP – CEP: 01311-100

SAC | sac.sets@saraivaeducacao.com.br

Diretoria executiva Flávia Alves Bravin
Diretoria editorial Ana Paula Santos Matos
Gerência editorial e de projetos Fernando Penteado

Novos projetos Aline Darcy Flôr de Souza
Dalila Costa de Oliveira

Gerência editorial Isabella Sánchez de Souza
Edição Liana Ganiko Brito

Produção editorial Daniele Debora de Souza (coord.)
Cintia Aparecida dos Santos
Paula Brito

Arte e digital Mônica Landi (coord.)
Camilla Felix Cianelli Chaves
Claudirene de Moura Santos Silva
Deborah Mattos
Guilherme H. M. Salvador
Tiago Dela Rosa

Projetos e serviços editoriais Daniela Maria Chaves Carvalho
Emily Larissa Ferreira da Silva
Kelli Priscila Pinto
Klariene Andrielly Giraldi

Diagramação Rafael Cancio Padovan
Revisão Carolina Mihoko Massanhi
Capa IDÉE arte e comunicação
Produção gráfica Marli Rampim
Sergio Luiz Pereira Lopes
Impressão e acabamento EGB Editora Gráfica Bernardi Ltda.

Data de fechamento da edição: 5-11-2021

Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 607316 CAE 782962

ÍNDICE

PARTE ESPECIAL

LIVRO I
DO DIREITO DAS OBRIGAÇÕES

CAPÍTULO I
INTRODUÇÃO AO DIREITO DAS OBRIGAÇÕES

1. Conceito e âmbito do direito das obrigações 17
2. Importância do direito das obrigações 19
3. Características principais do direito das obrigações 20
4. Relações com as outras ramificações do direito civil 22
5. Direitos obrigacionais ou pessoais e direitos reais 23
   - 5.1. Principais distinções 25
   - 5.2. Figuras híbridas 27
     - 5.2.1. Espécies 27
     - 5.2.2. Obrigações *propter rem* 27
       - 5.2.2.1. Conceito 27
       - 5.2.2.2. Natureza jurídica 31
     - 5.2.3. Ônus reais 31
     - 5.2.4. Obrigações com eficácia real 32
6. Evolução da teoria das obrigações 33
7. Posição do direito das obrigações no Código Civil 35
8. A unificação do direito obrigacional 36

Capítulo II
NOÇÕES GERAIS DE OBRIGAÇÃO

1. Conceito de obrigação 38
2. Elementos constitutivos da obrigação 40
2.1. Sujeitos da relação obrigacional (elemento subjetivo) 40
2.2. Objeto da relação obrigacional (elemento objetivo) 42
2.3. Vínculo jurídico da relação obrigacional (elemento abstrato) .. 46
3. Fontes das obrigações 47
3.1. Introdução 47
3.2. Fontes no direito romano e em outras legislações contemporâneas 47
3.3. Concepção moderna das fontes das obrigações 49
4. Distinção entre obrigação e responsabilidade 52

Título I
DAS MODALIDADES DAS OBRIGAÇÕES

1. Introdução 55
2. Noção geral 55

Capítulo I
DAS OBRIGAÇÕES DE DAR

1. Introdução 59
2. Formas 59

DAS OBRIGAÇÕES DE DAR COISA CERTA

3. Noção e conteúdo 61
4. Impossibilidade de entrega de coisa diversa, ainda que mais valiosa 64
5. Tradição como transferência dominial 65
6. Direito aos melhoramentos e acrescidos 67
7. Abrangência dos acessórios 70
8. Obrigação de entregar 72
8.1. Perecimento sem culpa e com culpa do devedor 72
8.2. Deterioração sem culpa e com culpa do devedor 73

9. Obrigação de restituir 75
9.1. Perecimento sem culpa e com culpa do devedor 75
9.2. Deterioração sem culpa e com culpa do devedor 76
10. Das obrigações pecuniárias 77

DAS OBRIGAÇÕES DE DAR COISA INCERTA

11. Conceito 80
12. Diferenças e afinidades com outras modalidades 81
13. Disciplina legal 82
13.1. Indicação do gênero e quantidade 82
13.2. Escolha e concentração 83
13.3. Gênero limitado e ilimitado 85

Capítulo II
DAS OBRIGAÇÕES DE FAZER

1. Conceito 87
2. Espécies 89
3. Inadimplemento 90
3.1. Obrigações infungíveis ou personalíssimas 92
3.2. Obrigações fungíveis ou impessoais 96
3.3. Obrigações consistentes em emitir declaração de vontade .. 98

Capítulo III
DAS OBRIGAÇÕES DE NÃO FAZER

1. Noção e alcance 100
2. Inadimplemento da obrigação negativa 101
3. Regras processuais 103

Capítulo IV
DAS OBRIGAÇÕES ALTERNATIVAS

1. Obrigações cumulativas e alternativas 104
2. Conceito de obrigação alternativa 105
3. Direito de escolha 107

4. A concentração 109
5. Impossibilidade das prestações 111
6. Obrigações facultativas 112
6.1. Conceito 112
6.2. Características e efeitos 114

Capítulo V
DAS OBRIGAÇÕES DIVISÍVEIS E INDIVISÍVEIS

1. Conceito de obrigação divisível e indivisível 117
2. Espécies de indivisibilidade 121
3. A indivisibilidade em relação às várias modalidades de obrigações 122
4. Efeitos da divisibilidade e da indivisibilidade da prestação 124
4.1. Pluralidade de devedores 124
4.2. Pluralidade de credores 127
5. Perda da indivisibilidade 132

Capítulo VI
DAS OBRIGAÇÕES SOLIDÁRIAS

DISPOSIÇÕES GERAIS

1. Conceito e características 135
2. Natureza jurídica da solidariedade 137
3. Diferenças entre solidariedade e indivisibilidade 139
4. Princípios comuns à solidariedade 139
5. Espécies de obrigação solidária 143

DA SOLIDARIEDADE ATIVA

6. Conceito 144
7. Características da solidariedade ativa 147
8. Disciplina legal 149
9. Extinção da obrigação solidária 154
10. Direito de regresso 156

DA SOLIDARIEDADE PASSIVA

11. Conceito e características 158
12. Direitos do credor 161
13. Efeitos da morte de um dos devedores solidários 163
14. Relações entre os codevedores solidários e o credor 164
14.1. Consequências do pagamento parcial e da remissão 164
14.2. Cláusula, condição ou obrigação adicional 166
14.3. Renúncia da solidariedade 168
15. Impossibilidade da prestação 169
16. Responsabilidade pelos juros 172
17. Meios de defesa dos devedores 173
18. Relações dos codevedores entre eles 178
18.1. Direito de regresso 179
18.2. Insolvência de um dos codevedores solidários 182

CAPÍTULO VII
OUTRAS MODALIDADES DE OBRIGAÇÕES

DAS OBRIGAÇÕES CIVIS E NATURAIS

1. Distinção entre obrigação civil e obrigação natural 185
2. Obrigação natural 186
2.1. Conceito e características 186
2.2. Natureza jurídica da obrigação natural 188
2.3. Casos de obrigação natural no direito brasileiro 190
2.4. Efeitos da obrigação natural 194

DAS OBRIGAÇÕES DE MEIO, DE RESULTADO E DE GARANTIA

3. Obrigação de meio e de resultado 197
4. Obrigação de garantia 202

DAS OBRIGAÇÕES DE EXECUÇÃO INSTANTÂNEA, DIFERIDA E CONTINUADA

5. Obrigações de execução instantânea e de execução diferida 203
6. Obrigação de execução continuada 204

DAS OBRIGAÇÕES PURAS E SIMPLES, CONDICIONAIS, A TERMO E MODAIS

7. Obrigações puras e simples 206
8. Obrigações condicionais 207
9. Obrigações a termo 213
10. Obrigações modais ou com encargo 215

DAS OBRIGAÇÕES LÍQUIDAS E ILÍQUIDAS

11. Conceito 217
12. Espécies de liquidação 218
13. Aplicações práticas da distinção 219

DAS OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS E ACESSÓRIAS

14. Conceito e efeitos 221
15. Espécies 222

TÍTULO II
DA TRANSMISSÃO DAS OBRIGAÇÕES

CAPÍTULO I
DA CESSÃO DE CRÉDITO

1. A transmissão das obrigações 223
1.1. Noções gerais 223
1.2. Espécies 225
2. Conceito de cessão de crédito 225
3. Cessão de crédito e institutos afins 226
4. Requisitos da cessão de crédito: objeto, capacidade e legitimação 227
5. Espécies de cessão de crédito 230
6. Formas 231
7. Notificação do devedor 232
8. Responsabilidade do cedente 235

CAPÍTULO II
DA ASSUNÇÃO DE DÍVIDA

1. Conceito 238

2. Características e pressupostos 239
3. Assunção de dívida e institutos afins 240
3.1. Assunção de dívida e promessa de liberação do devedor 240
3.2. Assunção de dívida e novação subjetiva por substituição do devedor 241
3.3. Assunção de dívida e fiança 242
3.4. Assunção de dívida e estipulação em favor de terceiro 243
4. Espécies de assunção de dívida 244
5. Efeitos da assunção de dívida 247

Capítulo III
DA CESSÃO DE CONTRATO

1. Conceito. Cessão de contrato e cessão de posição contratual 250
2. Natureza jurídica 252
3. Características da cessão da posição contratual 254
4. Efeitos da cessão da posição contratual 256
4.1. Efeitos entre o cedente e o contraente cedido 256
4.2. Efeitos entre o cedente e o cessionário 257
4.3. Efeitos entre o cessionário e o contraente cedido 258
5. Cessão da posição contratual no direito brasileiro 259

Título III
DO ADIMPLEMENTO E EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES

1. Introdução 261
2. Liberação pelo adimplemento 261
3. Princípios da boa-fé e da probidade 262
4. Disciplina no Código Civil de 2002 264

Capítulo I
DO PAGAMENTO

1. Noção e espécies de pagamento 266
2. Natureza jurídica e requisitos de validade do pagamento 269

3. De quem deve pagar 271
3.1. Pagamento efetuado por pessoa interessada 272
3.2. Pagamento efetuado por terceiro não interessado 273
3.3. Pagamento efetuado mediante transmissão da propriedade .. 277
4. Daqueles a quem se deve pagar 278
4.1. Pagamento efetuado diretamente ao credor 278
4.2. Pagamento efetuado ao representante do credor 279
4.3. Validade do pagamento efetuado a terceiro que não o credor 280
4.4. Pagamento efetuado ao credor putativo 281
4.5. Pagamento ao credor incapaz 283
4.6. Pagamento efetuado ao credor cujo crédito foi penhorado . 284
5. Do objeto do pagamento 285
5.1. Pagamento em dinheiro e o princípio do nominalismo 287
5.2. A cláusula de escala móvel 289
6. Da prova do pagamento 293
6.1. A quitação 293
6.2. As presunções de pagamento 296
7. Do lugar do pagamento 298
8. Do tempo do pagamento 302

Capítulo II
DO PAGAMENTO EM CONSIGNAÇÃO

1. Pagamentos especiais 307
2. Conceito de pagamento em consignação 307
3. Objeto da consignação 310
4. Fatos que autorizam a consignação 311
5. Requisitos de validade da consignação 314
6. Levantamento do depósito 319
7. Disposições processuais 320

Capítulo III
DO PAGAMENTO COM SUB-ROGAÇÃO

1. Conceito 325
2. Natureza jurídica 328

3. Espécies 329
3.1. Sub-rogação legal 329
3.2. Sub-rogação convencional 332
4. Efeitos da sub-rogação 336
5. Sub-rogação parcial 337

Capítulo IV
DA IMPUTAÇÃO DO PAGAMENTO

1. Conceito 339
2. Requisitos da imputação do pagamento 340
3. Espécies de imputação 342
3.1. Imputação por indicação do devedor 343
3.2. Imputação por vontade do credor 344
3.3. Imputação em virtude de lei 344
4. Imputação do pagamento em contratos de cheque especial 346

Capítulo V
DA DAÇÃO EM PAGAMENTO

1. Conceito 348
2. Elementos constitutivos 350
3. Natureza jurídica 350
4. Disposições legais 351

Capítulo VI
DA NOVAÇÃO

1. Conceito 355
2. Requisitos da novação 357
3. Espécies de novação 361
4. Efeitos da novação 365

Capítulo VII
DA COMPENSAÇÃO

1. Conceito 368
2. Espécies de compensação 369

2.1. Compensação legal 370
2.1.1. Conceito 370
2.1.2. Requisitos da compensação legal 370
2.1.2.1. Reciprocidade dos créditos 370
2.1.2.2. Liquidez das dívidas 371
2.1.2.3. Exigibilidade das prestações 372
2.1.2.4. Fungibilidade dos débitos 373
2.2. Compensação convencional 374
2.3. Compensação judicial 375
3. Dívidas não compensáveis 375
4. Regras peculiares 380

Capítulo VIII
DA CONFUSÃO

1. Conceito e características 382
2. Espécies de confusão 383
3. Efeitos da confusão 384
4. Cessação da confusão 385

Capítulo IX
DA REMISSÃO DE DÍVIDAS

1. Conceito e natureza jurídica 386
2. Espécies de remissão 387
3. Presunções legais 389
4. A remissão em caso de solidariedade passiva 390

Título IV
DO INADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES

Capítulo I
DISPOSIÇÕES GERAIS

1. A obrigatoriedade dos contratos 391
2. Inadimplemento absoluto 393
2.1. Inadimplemento culposo da obrigação 394

2.1.1. Perdas e danos 396
2.1.2. Responsabilidade patrimonial 396
2.1.3. Contratos benéficos e onerosos 397
2.2. Inadimplemento fortuito da obrigação 398

Capítulo II
DA MORA

1. Conceito 401
2. Mora e inadimplemento absoluto 402
3. Espécies de mora 406
3.1. Mora do devedor 406
3.1.1. Espécies 406
3.1.2. Requisitos 411
3.1.3. Efeitos 412
3.2. Mora do credor 414
3.2.1. Requisitos 414
3.2.2. Efeitos 415
3.3. Mora de ambos os contratantes 417
4. Purgação e cessação da mora 417

Capítulo III
DAS PERDAS E DANOS

1. Conceito 420
2. Dano emergente e lucro cessante 421
3. Obrigações de pagamento em dinheiro 424

Capítulo IV
DOS JUROS LEGAIS

1. Conceito 426
2. Espécies 426
3. Regulamentação legal 430
4. Anatocismo ou capitalização de juros 436
5. Juros compensatórios bancários 437

Capítulo V
DA CLÁUSULA PENAL

1. Conceito 440
2. Natureza jurídica 441
3. Funções da cláusula penal 441
4. Valor da cláusula penal 444
5. Espécies de cláusula penal 450
6. Efeitos da distinção entre as duas espécies 452
7. Cláusula penal e institutos afins 453
8. Cláusula penal e pluralidade de devedores 456

Capítulo VI
DAS ARRAS OU SINAL

1. Conceito 458
2. Natureza jurídica 458
3. Espécies 459
4. Funções das arras 460

Bibliografia 463

STJ00114669 - V.3

CARLOS ROBERTO GONÇALVES

Mestre em Direito Civil pela PUC-SP.
Desembargador aposentado do Tribunal de Justiça de São Paulo.
Membro da Academia Brasileira de Direito Civil e do Instituto Brasileiro de Direito Contratual. Compõe o Corpo de Árbitros do Centro de Arbitragem e Mediação da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp).

Direito Civil BRASILEIRO

3 CONTRATOS E ATOS UNILATERAIS

19ª edição
2022

saraiva jur

ISBN 978-85-536-0765-5 obra completa

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
VAGNER RODOLFO DA SILVA – CRB-8/9410

G635d Gonçalves, Carlos Roberto

Direito Civil Brasileiro 3 : Contratos e Atos Unilaterais / Carlos Roberto Gonçalves. – 19. ed. – São Paulo : SaraivaJur, 2022.
784 p.

ISBN 978-65-5559-611-3 (Impresso)

1. Direito. 2. Direito Civil. 3. Contratos. 4. Atos Unilaterais. I. Título. II. Série.

CDD 347
2021-3907 CDU 347

Índices para catálogo sistemático:

1. Direito Civil 347
2. Direito Civil 347

saraiva EDUCAÇÃO | saraiva jur

Av. Paulista, 901, 3º andar
Bela Vista – São Paulo – SP – CEP: 01311-100

SAC | sac.sets@saraivaeducacao.com.br

Diretoria executiva Flávia Alves Bravin
Diretoria editorial Ana Paula Santos Matos
Gerência editorial e de projetos Fernando Penteado

Novos projetos Aline Darcy Flôr de Souza
Dalila Costa de Oliveira

Gerência editorial Isabella Sánchez de Souza
Edição Liana Ganiko Brito

Produção editorial Daniele Debora de Souza (coord.)
Cintia Aparecida dos Santos
Paula Brito

Arte e digital Mônica Landi (coord.)
Camilla Felix Cianelli Chaves
Claudirene de Moura Santos Silva
Deborah Mattos
Guilherme H. M. Salvador
Tiago Dela Rosa

Projetos e serviços editoriais Daniela Maria Chaves Carvalho
Emily Larissa Ferreira da Silva
Kelli Priscila Pinto
Klariene Andrielly Giraldi

Diagramação Rafael Padovan
Revisão Willians Calazans
Capa IDÉE arte e comunicação
Produção gráfica Marli Rampim
Sergio Luiz Pereira Lopes
Impressão e acabamento Edições Loyola

Data de fechamento da edição: 5-11-2021

Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 607318 CAE 784283

ÍNDICE

Primeira Parte
DOS CONTRATOS

Título I
TEORIA GERAL DOS CONTRATOS

Capítulo I
NOÇÃO GERAL

1. Conceito 23
2. Evolução histórica 25
3. Função social do contrato 26
4. Contrato no Código de Defesa do Consumidor 33
5. Condições de validade do contrato 38
   5.1. Requisitos subjetivos 38
   5.2. Requisitos objetivos 41
   5.3. Requisitos formais 42
6. Princípios fundamentais do direito contratual 44
   6.1. Princípio da autonomia da vontade 45
   6.2. Princípio da supremacia da ordem pública 48
   6.3. Princípio do consensualismo 50
   6.4. Princípio da relatividade dos efeitos do contrato 51
   6.5. Princípio da obrigatoriedade dos contratos 53
   6.6. Princípio da revisão dos contratos ou da onerosidade excessiva 55

6.7. Princípio da boa-fé e da probidade 59
6.7.1. Boa-fé subjetiva e boa-fé objetiva 60
6.7.2. Disciplina no Código Civil de 2002 62
6.7.3. Proibição de "venire contra factum proprium" 66
6.7.4. "Suppressio, surrectio" e "tu quoque" 67
6.7.5. "Duty to mitigate the loss" e "Nachfrist" 69
7. Interpretação dos contratos 71
7.1. Conceito e extensão 71
7.2. Princípios básicos 73
7.3. Regras esparsas 76
7.4. Interpretação dos contratos no Código de Defesa do Consumidor 76
7.5. Critérios práticos para interpretação dos contratos 77
7.6. Interpretação dos contratos de adesão 78
8. Pactos sucessórios 79

Capítulo II
DA FORMAÇÃO DOS CONTRATOS

1. A manifestação da vontade 81
2. Negociações preliminares 82
3. A proposta 84
3.1. Conceito e características 84
3.2. A oferta no Código Civil 86
3.2.1. A força vinculante da oferta 86
3.2.2. Proposta não obrigatória 86
3.3. A oferta no Código de Defesa do Consumidor 89
4. A aceitação 90
4.1. Conceito e espécies 90
4.2. Hipóteses de inexistência de força vinculante da aceitação 91
5. Momento da conclusão do contrato 91
5.1. Contratos entre presentes 91
5.2. Contratos entre ausentes 92
6. Lugar da celebração 94
7. Formação dos contratos pela Internet 94

Capítulo III
CLASSIFICAÇÃO DOS CONTRATOS

1. Introdução 102
2. Contratos unilaterais, bilaterais e plurilaterais 103
3. Contratos gratuitos ou benéficos e onerosos 106
4. Contratos comutativos e aleatórios 107
   4.1. Contratos aleatórios por natureza 108
   4.2. Contratos acidentalmente aleatórios 109
5. Contratos paritários e de adesão. Contrato-tipo 110
6. Contratos de execução instantânea, diferida e de trato sucessivo . 114
7. Contratos personalíssimos e impessoais 115
8. Contratos individuais e coletivos 116
9. Contratos principais e acessórios. Contratos derivados 117
10. Contratos solenes e não solenes 119
11. Contratos consensuais e reais 121
12. Contratos preliminares e definitivos 123
13. Contratos nominados e inominados, típicos e atípicos, mistos e coligados. União de contratos 125

Capítulo IV
DA ESTIPULAÇÃO EM FAVOR DE TERCEIRO

1. Conceito 129
2. Escorço histórico 130
3. Natureza jurídica da estipulação em favor de terceiro 132
4. A regulamentação da estipulação de terceiro no Código Civil 134

Capítulo V
DA PROMESSA DE FATO DE TERCEIRO

1. Introdução 137
2. Promessa de fato de terceiro 137
3. Inovações introduzidas pelo Código Civil de 2002 138

Capítulo VI
DOS VÍCIOS REDIBITÓRIOS

1. Disciplina no Código Civil 141

1.1. Conceito 141
1.2. Fundamento jurídico 143
1.3. Requisitos para a caracterização dos vícios redibitórios ... 144
1.4. Efeitos. Ações cabíveis 146
1.4.1. Espécies de ações 147
1.4.2. Prazos decadenciais 148
1.4.3. Hipóteses de descabimento das ações edilícias 150
1.4.3.1. Coisas vendidas conjuntamente 150
1.4.3.2. Inadimplemento contratual 150
1.4.3.3. Erro quanto às qualidades essenciais do objeto 151
1.4.3.4. Coisa vendida em hasta pública 152
2. Disciplina no Código de Defesa do Consumidor 153

Capítulo VII
DA EVICÇÃO

1. Conceito e fundamento jurídico 155
2. Extensão da garantia 157
3. Requisitos da evicção 159
4. Verbas devidas 165
5. Da evicção parcial 168

Capítulo VIII
DOS CONTRATOS ALEATÓRIOS

1. Conceito e espécies 170
2. Venda de coisas futuras 174
2.1. Risco concernente à própria existência da coisa: *emptio spei* 174
2.2. Risco respeitante à quantidade da coisa esperada: *emptio rei speratae* 175
3. Venda de coisas existentes, mas expostas a risco 176

Capítulo IX
DO CONTRATO PRELIMINAR

1. Conceito 177

2. Evolução da promessa de compra e venda no direito brasileiro..... 179
3. A disciplina do contrato preliminar no Código Civil de 2002.... 180

Capítulo X
DO CONTRATO COM PESSOA A DECLARAR

1. Conceito 186
2. Natureza jurídica 188
3. Aplicações práticas 189
4. Contrato com pessoa a declarar e institutos afins 190
5. Disciplina no Código Civil de 2002 192

Capítulo XI
DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

1. Modo normal de extinção 194
2. Extinção do contrato sem cumprimento 195
2.1. Causas anteriores ou contemporâneas à formação do contrato 195
2.1.1. Nulidade absoluta e relativa 195
2.1.2. Cláusula resolutiva. O adimplemento substancial do contrato 197
2.1.3. Direito de arrependimento 202
2.2. Causas supervenientes à formação do contrato 203
2.2.1. Resolução 203
2.2.1.1. Resolução por inexecução voluntária 203
2.2.1.1.1. Exceção de contrato não cumprido .. 206
2.2.1.1.2. Garantia de execução da obrigação a prazo 209
2.2.1.2. Resolução por inexecução involuntária 210
2.2.1.3. Resolução por onerosidade excessiva 212
2.2.1.3.1. A cláusula "rebus sic stantibus" e a teoria da imprevisão 212
2.2.1.3.2. A onerosidade excessiva no Código Civil brasileiro de 2002 215
2.2.2. Resilição 223
2.2.2.1. Distrato e quitação 223

2.2.2.2. Resilição unilateral: denúncia, revogação, renúncia e resgate 225
2.2.3. Morte de um dos contratantes 228
2.2.4. Rescisão 228
2.2.5. Reajuste de aluguel no período da Covid-19 230

Título II
DAS VÁRIAS ESPÉCIES DE CONTRATO

1. Introdução ao estudo das várias espécies de contrato 233
2. Espécies de contrato reguladas no Código Civil de 2002 234

Capítulo I
DA COMPRA E VENDA

1. Conceito e características do contrato de compra e venda 236
2. Unificação da compra e venda civil e mercantil 240
3. Natureza jurídica da compra e venda 242
4. Elementos da compra e venda 243
4.1. O consentimento 243
4.2. O preço 245
4.3. A coisa 248
4.3.1. Existência da coisa 249
4.3.2. Individuação da coisa 250
4.3.3. Disponibilidade da coisa 250
5. Efeitos da compra e venda 251
5.1. Efeitos principais: geração de obrigações recíprocas e da responsabilidade pelos vícios redibitórios e pela evicção . 251
5.2. Efeitos secundários ou subsidiários 253
5.2.1. A responsabilidade pelos riscos 253
5.2.2. A repartição das despesas 255
5.2.3. O direito de reter a coisa ou o preço 255
6. Limitações à compra e venda 257
6.1. Venda de ascendente a descendente 257
6.2. Aquisição de bens por pessoa encarregada de zelar pelos interesses do vendedor 264
6.3. Venda da parte indivisa em condomínio 267
6.4. Venda entre cônjuges 269

7. Vendas especiais 270
7.1. Venda mediante amostra 270
7.2. Venda *ad corpus* e venda *ad mensuram* 271

DAS CLÁUSULAS ESPECIAIS À COMPRA E VENDA 275

8. Introdução 275
9. Da retrovenda 276
10. Da venda a contento e da sujeita a prova 279
11. Da preempção ou preferência 282
12. Da venda com reserva de domínio 286
13. Da venda sobre documentos 291

CAPÍTULO II
DA TROCA OU PERMUTA

1. Conceito e caracteres jurídicos 295
2. Regulamentação jurídica 296

CAPÍTULO III
DO CONTRATO ESTIMATÓRIO

1. Conceito e natureza jurídica 298
2. Regulamentação legal 300

CAPÍTULO IV
DA DOAÇÃO

1. Conceito e características 302
2. Objeto da doação 307
3. Promessa de doação 309
4. Espécies de doação 311
5. Restrições legais 323
6. Da revogação da doação 327
6.1. Casos comuns a todos os contratos 327
6.2. Revogação por descumprimento do encargo 327
6.3. Revogação por ingratidão do donatário 329

Capítulo V
DA LOCAÇÃO DE COISAS

1. Conceito e natureza jurídica 333
2. Elementos do contrato de locação 336
3. Obrigações do locador 340
4. Obrigações do locatário 343
5. Disposições complementares 346
6. Locação de prédios 347
7. Locação de prédio urbano 352
8. Reajuste de aluguel no período da Covid-19 361

Capítulo VI
DO EMPRÉSTIMO

1. Conceito 365
2. Espécies 365

DO COMODATO 366

3. Conceito e características 366
4. Direitos e obrigações do comodatário 373
5. Direitos e obrigações do comodante 377
6. Extinção do comodato 378

DO MÚTUO 380

7. Conceito 380
8. Características 381
9. Requisitos subjetivos 383
10. Objeto do mútuo 386
11. Direitos e obrigações das partes 389

Capítulo VII
DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

1. Conceito 391
2. Natureza jurídica 393
3. Duração do contrato 394
4. Extinção do contrato 396
5. Disposições complementares 396

CAPÍTULO VIII
DA EMPREITADA

1. Conceito 400
2. Características 402
3. Espécies de empreitada 403
4. Verificação e recebimento da obra 405
5. Responsabilidade do empreiteiro 407
6. Responsabilidade do proprietário 413
7. Extinção da empreitada 416

CAPÍTULO IX
DO DEPÓSITO

1. Conceito 418
2. Características 419
3. Espécies de depósito 423
4. Depósito voluntário 423
   4.1. Conceito e requisitos 423
   4.2. Natureza jurídica 425
5. Obrigações do depositante 426
6. Obrigações do depositário 427
7. Depósito necessário 432
   7.1. Depósito legal 432
   7.2. Depósito miserável 433
   7.3. Depósito do hospedeiro 434
8. Depósito irregular 436
9. Ação de depósito 438
10. Prisão do depositário infiel 440

CAPÍTULO X
DO MANDATO

1. Conceito 443
2. Características 445
3. Mandato e representação 447
4. Pessoas que podem outorgar procuração 449
5. Pessoas que podem receber mandato 450

6. A procuração como instrumento do mandato. Requisitos e subs-tabelecimento 452
7. Espécies de mandato 455
8. Mandato especial e geral, e mandato em termos gerais e com poderes especiais 458
9. Mandato outorgado a duas ou mais pessoas 460
10. Aceitação do mandato 460
11. Ratificação do mandato 461
12. Obrigações do mandatário 462
13. Obrigações do mandante 468
14. Extinção do mandato 470
15. Irrevogabilidade do mandato 475
16. Mandato judicial 478

Capítulo XI
DA COMISSÃO

1. Origem histórica 482
2. Conceito e natureza jurídica 483
3. Remuneração do comissário 485
4. Características do contrato de comissão 487
5. Direitos e obrigações do comissário 489
6. Direitos e obrigações do comitente 493
7. Comissão "del credere" 494

Capítulo XII
DA AGÊNCIA E DISTRIBUIÇÃO

1. Conceito e natureza jurídica 496
2. Características do contrato de agência 497
3. Características do contrato de distribuição 499
4. Remuneração do agente 500
5. Direitos e obrigações das partes 502

Capítulo XIII
DA CORRETAGEM

1. Conceito 504

2. Natureza jurídica 505
3. Direitos e deveres do corretor 506
4. A remuneração do corretor 508

Capítulo XIV
DO TRANSPORTE

1. Introdução 513
2. Conceito de contrato de transporte 514
3. Natureza jurídica 515
4. Espécies de transporte 516
5. Disposições gerais aplicáveis às várias espécies de contrato de transporte 518
   5.1. O caráter subsidiário da legislação especial, dos tratados e convenções internacionais 518
   5.2. Transporte cumulativo e transporte sucessivo 521
6. O transporte de pessoas 523
7. O transporte de coisas 528
8. Direitos e deveres do transportador 531
9. Direitos e deveres do passageiro 533
10. O transporte gratuito 535

Capítulo XV
DO SEGURO

1. Conceito e características 538
2. Natureza jurídica 540
3. A apólice e o bilhete de seguro 541
4. O risco 542
5. Espécies de seguro 545
   5.1. Seguro de dano 547
   5.2. Seguro de pessoa 557
      5.2.1. Seguro de vida 558
      5.2.2. Seguro de vida em grupo 569
6. Obrigações do segurado 571
7. Obrigações do segurador 577
8. Prazos prescritivos 580

Capítulo XVI
DA CONSTITUIÇÃO DE RENDA

1. Conceito 583
2. Natureza jurídica 584
3. Características 585
4. Regras aplicáveis 586
5. Extinção da constituição de renda 588

Capítulo XVII
DO JOGO E DA APOSTA

1. Conceito e natureza jurídica 590
2. Espécies de jogo 592
3. Consequências jurídicas 593
4. Contratos diferenciais 596
5. A utilização do sorteio 597

Capítulo XVIII
DA FIANÇA

1. Conceito 598
2. Natureza jurídica da fiança 599
3. Espécies de fiança 603
4. Requisitos subjetivos e objetivos 603
5. Efeitos da fiança 607
   5.1. Benefício de ordem 608
   5.2. Solidariedade dos cofiadores 609
6. Extinção da fiança 612

Capítulo XIX
DA TRANSAÇÃO

1. Conceito 617
2. Elementos constitutivos 618
3. Natureza jurídica 619
4. Espécies de transação e sua forma 621
5. Principais características da transação 623
6. Objeto da transação 626

7. Efeitos em relação a terceiros 628

CAPÍTULO XX
DO COMPROMISSO E DA ARBITRAGEM

1. Conceito 632
2. Natureza jurídica 635
3. Constitucionalidade da arbitragem 636
4. Cláusula compromissória e compromisso arbitral 637
5. Espécies de compromisso arbitral 638
6. Requisitos legais 639
7. Extinção do compromisso arbitral 639
8. Dos árbitros 640
9. Do procedimento arbitral 640
10. Da carta arbitral 642
11. Da sentença arbitral 642
12. Irrecorribilidade da decisão arbitral 643
13. Arbitragem e administração pública 645
14. Arbitragem e interrupção da prescrição 645
15. Mediação 646

Segunda Parte
DOS ATOS UNILATERAIS

INTRODUÇÃO AO ESTUDO DOS ATOS UNILATERAIS

1. Os atos unilaterais como fontes de obrigações 648
2. A disciplina dos atos unilaterais no Código Civil de 2002 649

CAPÍTULO I
DA PROMESSA DE RECOMPENSA

1. Conceito e natureza jurídica 651
2. Requisitos 652
3. Exigibilidade da recompensa 654
4. Revogabilidade da promessa 655
5. Promessa formulada em concurso público 656

CAPÍTULO II
DA GESTÃO DE NEGÓCIOS

1. Conceito e pressupostos 657
2. Obrigações do gestor do negócio 660
3. Obrigações do dono do negócio 661
4. A ratificação do dono do negócio 663

CAPÍTULO III
DO PAGAMENTO INDEVIDO

1. Conceito 664
2. Espécies de pagamento indevido 668
3. "Accipiens" de boa e de má-fé 668
4. Recebimento indevido de imóvel 669
5. Pagamento indevido sem direito à repetição 671

CAPÍTULO IV
DO ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA

1. Conceito 673
2. A disciplina no Código Civil de 2002 674
3. Requisitos da ação de "in rem verso" 675

CAPÍTULO V
DOS TÍTULOS DE CRÉDITO

1. A disciplina no Código Civil de 2002 678
2. Conceito de título de crédito 679
3. Princípios fundamentais 681
   3.1. Cartularidade 681
   3.2. Literalidade 682
   3.3. Autonomia 683
      3.3.1. Abstração 684
      3.3.2. Inoponibilidade 685
4. Legislação aplicável 686
5. Espécies de títulos de crédito 687
6. Título ao portador 689

7. Título à ordem 691
7.1. Letra de câmbio 692
7.1.1. Institutos típicos do direito cambial 693
7.1.1.1. Aceite 694
7.1.1.2. Endosso 696
7.1.1.3. Aval 699
7.1.1.4. Protesto 702
7.1.2. Ação cambial 703
7.2. Nota promissória 705
7.3. Cheque 706
7.4. Duplicata 712
8. Título nominativo 716

Terceira Parte
DOS CONTRATOS ESPECIAIS

Capítulo I
DA EDIÇÃO

1. Noção de edição 717
2. Partes e objeto 720
3. Direitos e deveres do autor 721
4. Direitos e deveres do editor 722
5. Extinção do contrato de edição 723
6. Da representação dramática 724

Capítulo II
DOS CONTRATOS BANCÁRIOS

1. Conceito 727
2. Depósito bancário 727
2.1. Distinção entre depósito bancário e mútuo 728
2.2. Espécies de depósito bancário 729
2.2.1. Depósito em conta corrente 729
2.2.2. Cadernetas de poupança 730
2.2.3. Contas conjuntas 731

2.2.4. Juros e correção monetária 732
3. Abertura de crédito 733
4. Desconto bancário 734
5. Contrato de financiamento 735
6. Custódia de valores 736
7. Aluguel de cofre 736
8. Cartão de crédito 738

Capítulo III
DO ARRENDAMENTO MERCANTIL OU "LEASING"

1. Conceito e características 741
2. Espécies de arrendamento mercantil 744
3. Extinção do "leasing" 746
4. Aspectos processuais 746

Capítulo IV
DA FRANQUIA OU "FRANCHISING"

1. Conceito 749
2. Características 750
3. Elementos 751
4. Espécies de franquia 752
5. Extinção do "franchising" 752

Capítulo V
DA FATURIZAÇÃO OU "FACTORING"

1. Conceito 753
2. Características 754
3. Espécies de faturização 755
4. Extinção do "factoring" 756

Capítulo VI
DO CONTRATO DE RISCO OU "JOINT VENTURE"

1. Conceito 757
2. Características 758

Capítulo VII
DA TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA OU "KNOW-HOW"

1. Introdução 759
2. Conceito 760
3. Modalidades 760
4. Natureza jurídica 761
5. Extinção 761

Capítulo VIII
DO CONTRATO DE "ENGINEERING"

1. Conceito 763
2. Espécies e características 763

Capítulo IX
DA COMERCIALIZAÇÃO DE PROGRAMA DE COMPUTADOR ("SOFTWARE")

1. Noção introdutória 766
2. Disciplina legal 766
3. Transações eletrônicas 767

Bibliografia 771

STJ00119391 - V. 4

CARLOS ROBERTO GONÇALVES

Mestre em Direito Civil pela PUC-SP.
Desembargador aposentado do Tribunal de Justiça de São Paulo.
Membro da Academia Brasileira de Direito Civil e do Instituto Brasileiro de Direito Contratual. Compõe o Corpo de Árbitros do Centro de Arbitragem e Mediação da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp).

Direito Civil BRASILEIRO

RESPONSABILIDADE CIVIL 4

19ª edição
2024

saraiva jur

ISBN 978-85-5360-755-5 OBRA COMPLETA
DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
DE ACORDO COM ISBD
VAGNER RODOLFO DA SILVA - CRB-8/9410

G635d Gonçalves, Carlos Roberto

Direito civil brasileiro v. 4 - responsa-bilidade civil / Carlos Roberto Gonçalves. - 19. ed. - São Paulo : Saraiva Jur, 2024. 592 p.

ISBN: 978-85-5362-229-0

1. Direito. 2. Direito Civil. 3. Responsabilidade civil. I. Título.

CDD 347
2023-2648 CDU 347

Índices para catálogo sistemático:

1. Direito Civil 347
2. Direito Civil 347

saraiva EDUCAÇÃO | saraiva

Av. Paulista, 901, Edifício CYK, 4º andar
Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01310-100

SAC | sac.sets@saraivaeducacao.com.br

Diretoria executiva Flávia Alves Bravin
Diretoria editorial Ana Paula Santos Matos
Gerência de produção e projetos Fernando Penteado
Gerência de conteúdo e aquisições Thais Cassoli Reato Cézar
Gerência editorial Livia Céspedes

Novos projetos Aline Darcy Flôr de Souza
Dalila Costa de Oliveira

Edição Liana Ganiko Brito

Design e Produção Jeferson Costa da Silva (coord.)
Giselle Honorio
Alanne Maria
Lais Soriano Rosana
Peroni Fazolari Tiago
Dela Rosa Verônica
Pivisan

Planejamento e projetos Cintia Aparecida dos Santos
Daniela Maria Chaves Carvalho
Emily Larissa Ferreira da Silva
Kelli Priscila Pinto

Diagramação Fernanda Matajs
Revisão Daniela Georgeto
Capa Lais Soriano Produção gráfica Marli Rampim
Sergio Luiz Pereira Lopes
Impressão e acabamento Edições Loyola

Data de fechamento da edição: 11-12-2023

Dúvidas? Acesse www.saraivaeducacao.com.br

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

COD OBRA 15701 CL 606493 CAE 644699

ÍNDICE

LIVRO I
IDEIAS GERAIS SOBRE A RESPONSABILIDADE CIVIL

1. As várias acepções da responsabilidade 1
2. Responsabilidade jurídica e responsabilidade moral 2
3. Distinção entre obrigação e responsabilidade 2
4. A importância do tema 3
5. Dever jurídico originário e sucessivo 5
6. A responsabilidade civil nos primeiros tempos e seu desenvolvimento 6
   - 6.1. Direito romano 6
   - 6.2. Direito francês 7
   - 6.3. Direito português 8
   - 6.4. Direito brasileiro 8
7. Fundamentos 11
8. Posicionamento na teoria geral do direito 12
9. Culpa e responsabilidade 14
10. Imputabilidade e responsabilidade 16
    - 10.1. A responsabilidade dos amentais 16
      - 10.1.1. Situação anterior ao Estatuto da Pessoa com Deficiência 16
      - 10.1.2. Modificações introduzidas pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência 20
    - 10.2. A responsabilidade dos menores 21

11. Espécies de responsabilidade 22
11.1. Responsabilidade civil e responsabilidade penal 22
11.2. Responsabilidade contratual e extracontratual 25
11.3. Responsabilidade subjetiva e responsabilidade objetiva 29
11.4. Responsabilidade extracontratual por atos ilícitos e lícitos (fundada no risco e decorrente de fatos permitidos por lei) 32
12. Pressupostos da responsabilidade civil 33

LIVRO II

ELEMENTOS ESSENCIAIS DA RESPONSABILIDADE CIVIL

Título I
AÇÃO OU OMISSÃO DO AGENTE

Capítulo I
RESPONSABILIDADE EXTRACONTRATUAL

CASOS ESPECIAIS DE RESPONSABILIDADE POR ATO PRÓPRIO

1. Ação ou omissão: infração a um dever 38
2. Ato praticado contra a honra da mulher 39
3. Calúnia, difamação e injúria 41
4. Demanda de pagamento de dívida não vencida ou já paga 44
5. Responsabilidade decorrente do abuso do direito 48
5.1. Princípio da boa-fé e da probidade 52
5.2. Proibição de *venire contra factum proprium* 53
5.3. *Suppressio, surrectio* e *tu quoque* 54
5.4. *Duty to mitigate the loss* 55
6. Responsabilidade decorrente do rompimento de noivado 56
7. Responsabilidade decorrente da ruptura de concubinato e de união estável 60
8. Responsabilidade civil entre cônjuges 66
9. Responsabilidade civil por dano ecológico ou ambiental 71
9.1. O direito ambiental 71

9.2. A responsabilidade civil por dano ecológico 73
9.3. A responsabilidade objetiva do poluidor e as excludentes do caso fortuito ou da força maior 75
9.4. Os instrumentos de tutela jurisdicional dos interesses difusos 77
9.5. A reparação do dano ambiental 80
10. Violação do direito à própria imagem 88
11. A AIDS e a responsabilidade civil 93
12. Responsabilidade civil na Internet. *O Marco Civil da Internet.* O direito ao esquecimento 96
12.1. O comércio eletrônico 96
12.2. A responsabilidade civil nos meios eletrônicos 99
13. Responsabilidade civil por dano atômico 105

CASOS ESPECIAIS DE RESPONSABILIDADE POR ATO OU FATO DE TERCEIRO

14. Da presunção de culpa à responsabilidade independentemente de culpa 109
15. A responsabilidade solidária das pessoas designadas no art. 932 do Código Civil 112
16. Responsabilidade dos pais 113
17. Responsabilidade dos tutores e curadores 120
18. Responsabilidade dos empregadores ou comitentes pelos atos dos empregados, serviçais e prepostos 121
18.1. Conceito de empregado, serviçal e preposto 121
18.2. Responsabilidade presumida, *juris et de jure* 124
18.3. Requisitos para a configuração da responsabilidade do empregador ou comitente 126
19. Responsabilidade dos educadores 129
20. Responsabilidade dos hoteleiros e estalajadeiros 140
21. Responsabilidade dos que participaram no produto do crime 142
22. A ação regressiva daquele que paga a indenização, contra o causador do dano 143
22.1. Direito regressivo como consequência natural da responsabilidade indireta 143
22.2. Exceções à regra 144

RESPONSABILIDADE CIVIL DOS EMPRESÁRIOS INDIVIDUAIS E DAS EMPRESAS PELOS PRODUTOS POSTOS EM CIRCULAÇÃO

23. Cláusula geral de responsabilidade objetiva 147
24. Sintonia com a legislação consumerista 148

RESPONSABILIDADE DAS PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PÚBLICO

25. Evolução: da fase da irresponsabilidade à da responsabilidade objetiva ... 150
26. Responsabilidade civil da Administração Pública na Constituição Federal de 1988 153
27. Responsabilidade civil do Estado pelos atos omissivos de seus agentes ... 157
28. Sujeitos passivos da ação: Estado e funcionário 165
29. Denunciação da lide ao funcionário ou agente público 167
30. Responsabilidade civil do Estado em acidentes de veículos 171
31. Culpa do funcionário, culpa anônima, deficiência ou falha do serviço público 173
32. Dano resultante de força maior 174
33. Culpa da vítima 175
34. Atividade regular do Estado, mas causadora de dano 176
35. Responsabilidade do Estado por atos judiciais 177
    35.1. Atos judiciais em geral 177
    35.2. Erro judiciário 181
36. Responsabilidade do Estado por atos legislativos 184
    36.1. Danos causados por lei inconstitucional 184
    36.2. Dano causado por lei constitucionalmente perfeita 185
    36.3. Imunidade parlamentar 187

RESPONSABILIDADE PELO FATO DA COISA

37. A responsabilidade na guarda da coisa inanimada: origem, evolução e aplicação no direito brasileiro 189
38. Privação da guarda e responsabilidade 192
39. Responsabilidade pela ruína do edifício 195
    39.1. A presunção de responsabilidade 195
    39.2. Extensão da regra às benfeitorias incorporadas ao edifício 196
40. Responsabilidade resultante de coisas líquidas e sólidas (*effusis* e *dejectis*) que caírem em lugar indevido 197

41. Responsabilidade decorrente do exercício de atividade perigosa 201
41.1. O exercício de atividade perigosa como fundamento da responsabilidade civil 201
41.2. A inovação introduzida pelo parágrafo único do art. 927 do Código de 2002 202
42. Responsabilidade em caso de arrendamento e de parceria rural 205
43. Responsabilidade das empresas locadoras de veículos 206
44. Responsabilidade em caso de arrendamento mercantil (*leasing*) 208
45. Responsabilidade em caso de alienação fiduciária 211

RESPONSABILIDADE PELO FATO OU GUARDA DE ANIMAIS

46. A responsabilidade objetiva do dono ou detentor do animal 213
47. As excludentes admitidas e a inversão do ônus da prova 216

Capítulo II
RESPONSABILIDADE CONTRATUAL

A RESPONSABILIDADE DECORRENTE DOS TRANSPORTES

1. Introdução 218
2. Contrato de transporte. Disposições gerais 220
3. O transporte de pessoas 221
3.1. O transporte terrestre 224
3.2. O transporte aéreo 229
3.3. O transporte marítimo 234
4. O transporte de bagagem 235
5. O Código de Defesa do Consumidor e sua repercussão na responsabilidade civil do transportador 235
5.1. O fortuito e a força maior 236
5.2. Transporte aéreo e indenização tarifada 237
6. O transporte de coisas 239
7. O transporte gratuito 240

A RESPONSABILIDADE CIVIL DOS ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS

8. Natureza jurídica do depósito bancário 246
9. Responsabilidade pelo pagamento de cheque falso 246

10. Responsabilidade dos bancos pela subtração de bens depositados em seus cofres 252
11. A responsabilidade dos bancos em face do Código de Defesa do Consumidor 255
11-A. Responsabilidade dos bancos pela segurança dos clientes 258

A RESPONSABILIDADE DOS MÉDICOS, CIRURGIÕES PLÁSTICOS E CIRURGIÕES-DENTISTAS

12. A responsabilidade dos médicos 262
13. Erro médico: erro profissional, erro de diagnóstico, iatrogenia 267
14. A responsabilidade dos cirurgiões plásticos 268
15. A responsabilidade do anestesista 271
16. A responsabilidade dos hospitais e dos laboratórios 273
17. Planos de saúde 274
18. A responsabilidade dos cirurgiões-dentistas 277

RESPONSABILIDADE CIVIL DOS ADVOGADOS

19. Fundamento e configuração da responsabilidade 279
20. Responsabilidade pela perda de uma chance 282
21. Inviolabilidade profissional 284

RESPONSABILIDADE CIVIL DO FORNECEDOR NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

22. Aspectos gerais da responsabilidade civil no Código de Defesa do Consumidor 286
23. A responsabilidade pelo fato do produto e do serviço 289
24. A responsabilidade por vício do produto e do serviço 290
25. As excludentes da responsabilidade civil 294

A RESPONSABILIDADE DOS EMPREITEIROS E CONSTRUTORES

26. Contrato de construção 297
27. Construção por empreitada 297
28. Construção por administração 299
29. A responsabilidade do construtor 299
30. Responsabilidade pela perfeição da obra 300

31. Responsabilidade pela solidez e segurança da obra 301
32. Responsabilidade pelos vícios redibitórios 302
33. Responsabilidade por danos a vizinhos e a terceiros 303
34. O contrato de construção como relação de consumo (Código de Defesa do Consumidor) 304

A RESPONSABILIDADE DOS DEPOSITÁRIOS E ENCARREGADOS DA GUARDA E VIGILÂNCIA DOS VEÍCULOS (ESTACIONAMENTOS, SUPERMERCADOS, RESTAURANTES, *SHOPPING CENTERS* ETC.)

35. Contrato de depósito, de guarda e análogos 306
36. A responsabilidade dos donos de estacionamentos e postos de gasolina... 307
37. A responsabilidade dos donos de oficinas mecânicas 309
38. A responsabilidade dos donos de restaurantes e hotéis 310
39. A responsabilidade das escolas e universidades 312
40. A responsabilidade dos donos de supermercados e *shopping centers*... 313
41. A responsabilidade dos condomínios edilícios 316

ACIDENTE DE TRABALHO E RESPONSABILIDADE CIVIL

42. Indenização acidentária 317
43. Avanço representado pela Constituição Federal de 1988 318

A RESPONSABILIDADE DOS TABELIÃES

44. A disciplina na Constituição Federal de 1988 320
45. Responsabilidade objetiva do Estado e subjetiva do tabelião 322

Título II
DA CULPA

Capítulo I
CONCEITO

1. Culpa *lato sensu*. Elementos da culpa 327
1.1. O dever de cuidado 329
1.2. Previsão e previsibilidade 329
1.3. Imprudência, negligência e imperícia 330
1.4. Espécies 331

1.4.1. Culpa grave, leve e levíssima 331
1.4.2. Culpa contratual e extracontratual 332
1.4.3. Culpa *in eligendo*, *in vigilando* e *in custodiendo*; culpa *in comittendo* e *in omittendo* 333
1.4.4. Culpa presumida 333
1.4.5. Culpa contra a legalidade 334
1.4.6. Culpa exclusiva e culpa concorrente 336
2. Culpa e risco 337

Capítulo II
A CULPA NO CÍVEL E NO CRIME

1. Unidade da jurisdição e interação civil e penal 340
2. A sentença condenatória proferida no juízo criminal 345
2.1. Fundamentos legais 345
2.2. Medidas processuais adequadas 348
2.3. Competência 350
2.4. Legitimidade ativa e passiva 351
3. A sentença absolutória proferida no crime 353
4. Efeitos da coisa julgada civil na esfera criminal 356
5. Suspensão do curso da ação civil 357

Título III
DA RELAÇÃO DE CAUSALIDADE

1. O liame da causalidade 361
2. A pesquisa do nexo causal 362
3. A negação do liame da causalidade: as excludentes da responsabilidade .. 365

Título IV
DO DANO E SUA LIQUIDAÇÃO

Capítulo I
DO DANO INDENIZÁVEL

1. Conceito e requisitos do dano 367
2. Espécies de dano 369

3. Pessoas obrigadas a reparar o dano 371

O DANO MATERIAL

4. Titulares da ação de ressarcimento do dano material 374
4.1. O lesado e os dependentes econômicos (cônjuge, descendentes, ascendentes, irmãos) 374
4.2. Os companheiros 375
5. Perdas e danos: o dano emergente e o lucro cessante 376
6. A influência de outros elementos 377
6.1. Cumulação da pensão indenizatória com a de natureza previdenciária 377
6.2. Dedução do seguro obrigatório 378
7. Alteração da situação e dos valores 379
7.1. A correção monetária 379
7.2. A garantia do pagamento futuro das prestações mensais 382
7.3. Prisão civil do devedor. Natureza da obrigação alimentar 384
7.4. Atualização e revisão das pensões 385
7.5. A incidência dos juros. Juros simples e compostos 387
7.6. O cálculo da verba honorária 388

O DANO MORAL

8. Conceito 390
9. Bens lesados e configuração do dano moral 392
10. Titulares da ação de reparação do dano moral, por danos diretos e indiretos 393
10.1. Ofendido, cônjuge, companheiro, membros da família, noivos, sócios etc. 393
10.2. Incapazes (menores impúberes, amentais, nascituros, portadores de arteriosclerose etc.) 395
10.3. A pessoa jurídica 399
11. Características dos direitos da personalidade. A intransmissibilidade e a imprescritibilidade 400
12. A prova do dano moral 401
13. Objeções à reparação do dano moral 403
14. Evolução da reparabilidade do dano moral em caso de morte de filho menor 403

15. A reparação do dano moral e a Constituição Federal de 1988 405
16. Cumulação da reparação do dano moral com o dano material 406
17. Natureza jurídica da reparação 407
18. A quantificação do dano moral 409
18.1. Tarifação e arbitramento 409
18.2. Critérios para o arbitramento da reparação, na Justiça Comum e na Justiça do Trabalho 411
18.3. Fixação do *quantum* do dano moral vinculada ao salário mínimo ... 420
19. Valor da causa na ação de reparação do dano moral 421
20. Antecipação da tutela nas ações de reparação do dano moral 422
21. Dano moral e culpa contratual 426
22. Dano moral no direito do trabalho 428
23. Assédio sexual e dano moral 430
24. Assédio moral 431
25. Adultério e separação judicial 432
26. Dano moral por falta de afeto, abandono e rejeição dos filhos 434
27. Apresentação de cheque antes da data convencionada 438
28. Atraso na entrega de imóvel comprado na planta 440
29. Súmulas do Superior Tribunal de Justiça relativas ao dano moral 440
30. Indenização por danos morais à vítima, paga pelo motorista que provoca acidente 442
31. Arbitramento de dano moral à vítima de violência doméstica 443

Capítulo II
DA LIQUIDAÇÃO DO DANO

PRINCÍPIOS GERAIS

1. O grau de culpa e sua influência na fixação da indenização 445
2. Decisão por equidade, em caso de culpa leve ou levíssima 446
3. Culpa exclusiva da vítima 448
4. Culpa concorrente 448
5. A liquidação por arbitramento 450
6. A liquidação pelo procedimento comum 450
7. Modos de reparação do dano 451
7.1. A reparação específica 451
7.2. A reparação por equivalente em dinheiro 451

A LIQUIDAÇÃO DO DANO EM FACE DO DIREITO POSITIVO, DA DOUTRINA E DA JURISPRUDÊNCIA

8. Indenização em caso de homicídio 453
   8.1. Morte de filho menor 454
   8.2. Morte de chefe de família 457
   8.3. Morte de esposa ou companheira 458
   8.4. Cálculo da indenização. O método bifásico para a quantificação do dano moral 460
9. Indenização em caso de lesão corporal 463
   9.1. Lesão corporal de natureza leve 463
   9.2. Lesão corporal de natureza grave 463
   9.3. Dano estético 464
   9.4. Inabilitação para o trabalho 466
      9.4.1. A indenização devida 466
      9.4.2. A situação dos aposentados e idosos que não exercem atividade laborativa 468
      9.4.3. A duração da pensão e sua cumulação com os benefícios previdenciários 468
      9.4.4. O pagamento de pensão a menores que ainda não exercem atividade laborativa 469
      9.4.5. Arbitramento e pagamento por verba única 470
10. Homicídio e lesão corporal provocados no exercício de atividade profissional 471
11. A responsabilidade subjetiva dos profissionais liberais 472
12. Indenização em caso de usurpação ou esbulho de coisa alheia. O valor de afeição 473
13. Indenização por ofensa à liberdade pessoal 475

LIVRO III

OS MEIOS DE DEFESA OU AS EXCLUDENTES DA ILICITUDE

1. O estado de necessidade 479
2. A legítima defesa, o exercício regular de um direito e o estrito cumprimento do dever legal 482

3. A culpa exclusiva da vítima 484
4. O fato de terceiro 487
4.1. O causador direto do dano e o ato de terceiro 487
4.2. O fato de terceiro e a responsabilidade contratual do transportador 488
4.3. O fato de terceiro em casos de responsabilidade aquiliana 489
4.4. Fato de terceiro e denunciação da lide 490
5. Caso fortuito e força maior 493
6. Cláusula de irresponsabilidade ou de não indenizar 496
7. A prescrição 499

LIVRO IV
RESPONSABILIDADE CIVIL AUTOMOBILÍSTICA

Título I
INTRODUÇÃO

1. Novos rumos da responsabilidade civil automobilística 503
2. Da culpa ao risco 504
3. O Código de Trânsito Brasileiro 508

Título II
AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS

1. A propositura da ação 513
2. Apuração dos danos em execução de sentença 514
3. Coisa julgada 514
4. Foro competente 516

Título III
ASPECTOS DA RESPONSABILIDADE CIVIL AUTOMOBILÍSTICA

1. Atropelamento 519
2. Boletim de ocorrência 522
3. Colisão 524

3.1. Colisão com veículo estacionado irregularmente 524
3.2. Colisão com veículo estacionado regularmente 525
3.3. Colisão em cruzamento não sinalizado 526
3.4. Colisão em cruzamento sinalizado 528
3.5. Colisão e preferência de fato 531
3.6. Colisão e sinal (semáforo) amarelo 533
3.7. Colisão múltipla (engavetamento) 534
3.8. Colisão na traseira 535
4. Contramão de direção 538
5. Conversão à esquerda e à direita 540
6. Faixa de pedestres 543
7. Imperícia 546
8. Imprudência 547
9. Marcha à ré 548
10. Ônus da prova 549
11. Propriedade do veículo 551
12. Prova 554
12.1. Considerações gerais 554
12.2. Espécies e valor das provas (testemunhal, documental e pericial) 556
13. Ultrapassagem 558

Bibliografia 561

STJ00119392 - V. 5

CARLOS ROBERTO GONÇALVES

Mestre em Direito Civil pela PUC-SP.
Desembargador aposentado do Tribunal de Justiça de São Paulo.
Membro da Academia Brasileira de Direito Civil e do Instituto Brasileiro de Direito Contratual. Compõe o Corpo de Árbitros do Centro de Arbitragem e Mediação da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp).

Direito Civil BRASILEIRO

DIREITO DAS COISAS 5

19ª edição
2024

saraiva jur.

saraiva EDUCAÇÃO / saraiva jur

Av. Paulista, 901, Edifício CYK, 4º andar
Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01310-100

SAC / sac.sets@saraivaeducacao.com.br

Diretoria executiva Flávia Alves Bravin
Diretoria editorial Ana Paula Santos Matos
Gerência de produção e projetos Fernando Penteado
Gerência de conteúdo e aquisições Thais Cassoli Reato Cézar
Gerência editorial Livia Céspedes

Novos projetos Aline Darcy Flôr de Souza
Dalila Costa de Oliveira

Edição Liana Ganiko Brito

Design e produção Jeferson Costa da Silva (coord.)
Camilla Felix Cianelli Chaves
Lais Soriano
Rosana Peroni Fazolari
Tiago Dela Rosa

Planejamento e projetos Cintia Aparecida dos Santos
Daniela Maria Chaves Carvalho
Emily Larissa Ferreira da Silva
Kelli Priscila Pinto

Diagramação Tangente Design
Revisão Lígia Alves
Capa Lais Soriano
Produção gráfica Marli Rampim
Sergio Luiz Pereira Lopes
Impressão e acabamento Edições Loyola

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP) VAGNER ROODLFO DA SILVA – CRB-8/9410

G635d Gonçalves, Carlos Roberto

Direito civil brasileiro v. 5 - direito das coisas / Carlos Roberto Gonçalves. - 19. ed. - São Paulo : SaraivaJur, 2024.
648 p.

ISBN: 978-85-5362-241-2 (impresso)

1. Direito. 2. Direito Civil. 3. Direito das coisas. I. Título.

2023-2649

CDD 347
CDU 347

Índices para catálogo sistemático:

1. Direito civil 34 / 34 / 7
2. Direito civil 7

Data de fechamento da edição: 24-10-2023

Dúvidas? Acesse www.saraivaeducacao.com.br

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CÓD. OBRA 14192 CL 608495 CAE 844701

INDICE

INTRODUÇÃO

1 Direito das coisas 1
1.1 Conceito 1
1.2 Evolução histórica 2
1.3 Conteúdo 5
2 Direitos reais e pessoais 7
2.1 Caracteres distintivos 10
2.2 Princípios fundamentais dos direitos reais 11
3 Figuras híbridas ou intermédias 18
3.1 Obrigações *propter rem* 19
3.2 Ônus reais 21
3.3 Obrigações com eficácia real 22

Título I
DA POSSE

Capítulo I
NOÇÕES GERAIS SOBRE A POSSE

1 Introdução ao estudo da posse 23
1.1 As dificuldades do estudo do tema 23
1.2 Fundamento da posse. *Jus possessionis* e *jus possidendi* 24
2 Origem histórica da posse 26
3 Teorias sobre a posse 27
3.1 Teoria subjetiva de Savigny 27
3.2 Teoria objetiva de Ihering 29
3.3 Teorias sociológicas 34

4 Conceito de posse 36
5 Posse e detenção 39
6 Posse e quase posse 43
7 O objeto da posse e a posse dos direitos pessoais 44
8 Natureza jurídica da posse 48

Capítulo II
CLASSIFICAÇÃO DA POSSE

1 Espécies de posse 54
2 Posse direta e posse indireta 55
3 Posse exclusiva, composse e posses paralelas 58
4 Posse justa e posse injusta 62
5 Posse de boa-fé e posse de má-fé 69
6 Posse nova e posse velha 76
7 Posse natural e posse civil ou jurídica 78
8 Posse *ad interdicta* e posse *ad usucapionem* 79
9 Posse *pro diviso* e posse *pro indiviso* 80

Capítulo III
DA AQUISIÇÃO E PERDA DA POSSE

1 Introdução 81
2 Modos de aquisição da posse 82
2.1 Modos originários de aquisição da posse 83
2.1.1 Apreensão da coisa 84
2.1.2 Exercício do direito 85
2.1.3 Disposição da coisa ou do direito 85
2.2 Modos derivados de aquisição da posse 86
2.2.1 Tradição 86
2.2.2 Sucessão na posse 89
3 Quem pode adquirir a posse 92
4 Perda da posse 95
5 Recuperação de coisas móveis e títulos ao portador 98
6 Perda da posse para o ausente 100

Capítulo IV
DOS EFEITOS DA POSSE

1 Tutela da posse 102
1.1 Introdução 102
1.2 A proteção possessória 103
2 Ações possessórias em sentido estrito 105
2.1 Legitimação ativa e passiva 105
2.2 Conversão de ação possessória em ação de indenização 109
3 Ações possessórias na técnica do Código de Processo Civil 110
3.1 A fungibilidade dos interditos 110
3.2 Cumulação de pedidos 111
3.3 Caráter dúplice das ações possessórias 112
3.4 Distinção entre juízo possessório e juízo petitório. A exceção de domínio 114
3.5 Procedimento: ação de força nova e ação de força velha. Ação possessória relativa a coisa móvel 116
3.6 A exigência de prestação de caução 117

Capítulo V
DA MANUTENÇÃO E DA REINTEGRAÇÃO DE POSSE

1 Características e requisitos 120
1.1 Introdução 120
1.2 Posse 121
1.3 Turbação 123
1.4 Esbulho 124
1.5 Data da turbação ou do esbulho 126
1.6 Continuação ou perda da posse 128
2 O procedimento 129
2.1 A petição inicial 129
2.2 Da liminar 131
2.2.1 Concessão de liminar contra pessoa jurídica de direito público 135
2.2.2 Recurso cabível 136
2.2.3 Execução da decisão concessiva de liminar 136
2.3 Contestação e procedimento comum 137

3 Execução da sentença 138
4 Embargos do executado e de retenção por benfeitorias 139
5 Embargos de terceiro 140

Capítulo VI
DO INTERDITO PROIBITÓRIO

1 Características e requisitos 142
2 Cominação de pena pecuniária 144

Capítulo VII
AÇÕES AFINS AOS INTERDITOS POSSESSÓRIOS

1 Ação de imissão na posse 146
1.1 Características e natureza jurídica 146
1.2 Imissão na posse e reivindicatória 150
2 Ação de nunciação de obra nova 152
2.1 Conteúdo e pressupostos 152
2.2 Legitimidade para a ação 156
3 Embargos de terceiro 157
3.1 Introdução 157
3.2 Pressupostos 159
3.3 Parte equiparada a terceiro 161
3.4 Legitimidade ativa e passiva. A legitimidade ativa do cônjuge 162
3.5 Caso especial: embargos do credor com garantia real 167
3.6 Fraude contra credores e fraude à execução 168
3.7 Procedimento 169

Capítulo VIII
OS DEMAIS EFEITOS DA POSSE

1 A percepção dos frutos 172
1.1 Introdução 172
1.2 Noção e espécies de frutos 173
1.3 Regras da restituição (CC, arts. 1.214 a 1.216) 174
2 A responsabilidade pela perda ou deterioração da coisa 176

3 A indenização das benfeitorias e o direito de retenção 177
3.1 O possuidor e os melhoramentos que realizou na coisa 177
3.2 Regras da indenização das benfeitorias (CC, arts. 1.219 a 1.222) ... 180
3.3 Direito de retenção: conceito, fundamento, natureza jurídica e modo de exercício 182

Título II
DOS DIREITOS REAIS

Capítulo Único
DISPOSIÇÕES GERAIS

1 Conceito 185
2 Espécies 189
3 Aquisição dos direitos reais 191

Título III
DA PROPRIEDADE

Capítulo I
DA PROPRIEDADE EM GERAL

1 Conceito 193
2 Elementos constitutivos da propriedade 195
3 Ação reivindicatória 196
3.1 Pressupostos e natureza jurídica 197
3.2 Objeto da ação reivindicatória 201
3.3 Legitimidade ativa e passiva 202
4 Outros meios de defesa da propriedade 205
4.1 Ação negatória 205
4.2 Ação de dano infecto 206
5 Caracteres da propriedade 207
6 Evolução do direito de propriedade. Função social da propriedade 208
7 Restrições ao direito de propriedade 210
8 Fundamento jurídico da propriedade 211
9 Da descoberta 214

Capítulo II
DA AQUISIÇÃO DA PROPRIEDADE IMÓVEL

1 Introdução 217
2 Modos de aquisição 218

DA USUCAPIÃO

3 Conceito e fundamento 220
4 Espécies 223
4.1 Usucapião extraordinária 224
4.2 Usucapião ordinária 225
4.3 Usucapião especial 226
4.3.1 Usucapião especial rural 227
4.3.2 Usucapião especial urbana 229
4.3.2.1 Usucapião urbana individual do Estatuto da Cidade 232
4.3.2.2 Usucapião urbana coletiva do Estatuto da Cidade 233
4.3.2.3 Usucapião imobiliária administrativa 237
4.3.3 Usucapião familiar 239
4.4 Usucapião indígena 242
4.5 Usucapião extrajudicial 243
5 Pressupostos da usucapião 245
5.1 Coisa hábil 246
5.2 Posse 250
5.3 Tempo 255
5.4 Justo título 257
5.5 Boa-fé 260
6 Ação de usucapião 263

DA AQUISIÇÃO PELO REGISTRO DO TÍTULO

7 Do registro do título 268
8 Princípios que regem o registro de imóveis 270
8.1 Princípio da publicidade 270
8.2 Princípio da força probante (fé pública) ou presunção 271
8.3 Princípio da legalidade 272

8.4 Princípio da territorialidade 274
8.5 Princípio da continuidade 275
8.6 Princípio da prioridade 275
8.7 Princípio da especialidade 276
8.8 Princípio da instância 277
9 Matrícula, registro e averbação 277
10 Livros obrigatórios 279
11 Retificação do registro 280

DA AQUISIÇÃO POR ACESSÃO

12 Conceito e formas de acessão 282
13 Acessões físicas ou naturais 283
13.1 Acessão pela formação de ilhas 283
13.2 Aluvião 284
13.3 Avulsão 285
13.4 Álveo abandonado 286
14 Acessões industriais: construções e plantações 286

Capítulo III
DA AQUISIÇÃO DA PROPRIEDADE MÓVEL

1 Introdução 290
2 Da usucapião 290
3 Da ocupação 292
4 Do achado do tesouro 292
5 Da tradição 293
6 Da especificação 295
7 Da confusão, da comistão e da adjunção 296

Capítulo IV
DA PERDA DA PROPRIEDADE

1 Introdução 297
2 Modos de perda 298
2.1 Perda pela alienação 298
2.2 Perda pela renúncia 298
2.3 Perda pelo abandono 298

2.4 Perda pelo perecimento da coisa 299
2.5 Perda da propriedade mediante desapropriação 299
2.5.1 Fundamento jurídico 299
2.5.2 Pressupostos para a desapropriação 302
2.5.3 Objeto da desapropriação 304
2.5.4 Processo de desapropriação 306
2.5.5 Montante da indenização 308
2.5.6 Retrocessão 311

Capítulo V
DOS DIREITOS DE VIZINHANÇA

1 Introdução 313
2 Do uso anormal da propriedade 315
2.1 Espécies de atos nocivos 315
2.2 Soluções para a composição dos conflitos 318
3 Das árvores limítrofes 322
4 Da passagem forçada 323
5 Da passagem de cabos e tubulações 326
6 Das águas 327
7 Dos limites entre prédios e do direito de tapagem 331
8 Do direito de construir 334
8.1 Limitações e responsabilidades 334
8.2 Devassamento da propriedade vizinha 336
8.3 Águas e beirais 339
8.4 Paredes divisórias 340
8.5 Do uso do prédio vizinho 342

Capítulo VI
DO CONDOMÍNIO GERAL

1 Do condomínio voluntário 343
1.1 Conceito e espécies. O condomínio fechado ou condomínio de lotes 343
1.2 Direitos e deveres dos condôminos 348

1.3 Extinção do condomínio 352
1.4 Administração do condomínio 356
2 Do condomínio necessário 357

Capítulo VII
DO CONDOMÍNIO EDILÍCIO

1 Considerações iniciais 359
2 Natureza jurídica 360
3 Instituição e constituição do condomínio 362
4 Estrutura interna do condomínio 367
5 Direitos e deveres dos condôminos 370
5.1 Deveres dos condôminos 370
5.2 Direitos dos condôminos 387
6 Da administração do condomínio em edificações 390
7 Da extinção do condomínio edilício 396
8 Do condomínio de lotes 398
9 Do condomínio em multipropriedade 399

Capítulo VIII
DA PROPRIEDADE RESOLÚVEL

1 Conceito 402
2 Natureza jurídica 402
3 Causas de resolução da propriedade 403
3.1 Resolução pelo implemento da condição ou pelo advento do termo 403
3.2 Resolução por causa superveniente 404

Capítulo IX
DA PROPRIEDADE FIDUCIÁRIA

1. Conceito 406
2. Modos de constituição 411
3. Direitos e obrigações do fiduciante 412
4. Direitos e obrigações do fiduciário 413
5. Pacto comissório 414
6. Procedimento no caso de inadimplemento do contrato 415

Título IV
DA SUPERFÍCIE

1. Conceito 420
2. Modos de constituição 425
3. Transferência do direito de superfície 427
4. Extinção do direito de superfície 428

Título V
DAS SERVIDÕES

1. Conceito 430
2. Características das servidões 432
3. Classificação das servidões 435
4. Modos de constituição 436
   4.1. Servidão constituída por ato humano 437
      4.1.1. Negócio jurídico *causa mortis* ou *inter vivos* 437
      4.1.2. Sentença proferida em ação de divisão 437
      4.1.3. Usucapião 438
      4.1.4. Destinação do proprietário 439
   4.2. Servidão constituída por fato humano 440
5. Regulamentação das servidões 441
   5.1. Obras necessárias à sua conservação e uso 441
   5.2. Exercício das servidões 443
   5.3. Remoção da servidão 444
6. Ações que protegem as servidões 446
7. Extinção das servidões 447

Título VI
DO USUFRUTO

1. Conceito 451
2. Características do usufruto 453
3. Modos de constituição 455
4. Coisas objeto de usufruto 457
5. Analogias com o fideicomisso, a enfiteuse e a locação 458
6. Espécies de usufruto 459
7. Dos direitos do usufrutuário 462

8. Modalidades peculiares de usufruto 466
8.1. Usufruto dos títulos de crédito 466
8.2. Usufruto de um rebanho 466
8.3. Usufruto de bens consumíveis (quase usufruto) 467
8.4. Usufruto de florestas e minas 468
8.5. Usufruto sobre universalidade ou quota-parte 469
9. Dos deveres do usufrutuário 470
9.1. Obrigações anteriores ao usufruto 470
9.2. Obrigações simultâneas ao usufruto 471
9.3. Obrigações posteriores ao usufruto 473
10. Da extinção do usufruto 474

Título VII
DO USO

1. Conceito e características 478
2. Objeto do uso 480
3. Necessidades pessoais e da família do usuário 480
4. Modos de extinção do uso 481

Título VIII
DA HABITAÇÃO

1. Conceito 482
2. Regulamentação legal 483

Título IX
DO DIREITO DO PROMITENTE COMPRADOR

1. Conceito e características 487
2. Evolução da promessa de compra e venda no direito brasileiro 489
3. A disciplina do direito do promitente comprador no Código Civil de 2002 491

Título X
DA CONCESSÃO DE USO ESPECIAL PARA FINS DE MORADIA

1. Conceito 500
2. Regulamentação legal 500

Título XI
DA CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO

1. Conceito 503
2. Regulamentação legal 503

Título XII
DA LAJE

1. Conceito 505
2. Regulamentação legal 506

Título XIII
DOS DIREITOS REAIS DE GARANTIA (DO PENHOR, DA HIPOTECA E DA ANTICRESE)

Capítulo I
DISPOSIÇÕES GERAIS

1. Conceito e características 509
2. Requisitos dos direitos reais de garantia 513
   2.1. Requisitos subjetivos 513
   2.2. Requisitos objetivos 517
   2.3. Requisitos formais 518
3. Efeitos dos direitos reais de garantia 519
   3.1. Direito de preferência 519
   3.2. Direito de sequela 522
   3.3. Direito de excussão 523
   3.4. Indivisibilidade 523
4. Vencimento antecipado da dívida 525
5. Garantia real outorgada por terceiro 529
6. Cláusula comissória 530
7. Responsabilidade do devedor pelo remanescente da dívida 531

Capítulo II
DO PENHOR

1. Conceito 533
2. Características 534

3. Objeto do penhor 535
4. Forma 537
5. Direitos do credor pignoratício 537
6. Obrigações do credor pignoratício 541
7. Direitos e obrigações do devedor pignoratício 542
8. Espécies de penhor 543
8.1. Penhor rural 544
8.1.1. Introdução 544
8.1.2. Penhor agrícola 547
8.1.3. Penhor pecuário 549
8.2. Penhor industrial e mercantil 550
8.3. Penhor de direitos e títulos de crédito 553
8.4. Penhor de veículos 560
8.5. Penhor legal 561
9. Extinção do penhor 566

Capítulo III
DA HIPOTECA

1. Conceito 570
2. Características 571
3. Requisitos jurídicos da hipoteca 573
3.1. Requisito objetivo. Hipoteca naval, aérea, de vias férreas e de recursos naturais 573
3.2. Requisito subjetivo 581
3.3. Requisito formal: título, especialização, registro 583
4. Espécies de hipoteca 588
4.1. Hipoteca convencional 588
4.2. Hipoteca legal 589
4.3. Hipoteca judicial 592
5. Pluralidade de hipotecas 593
6. Efeitos da hipoteca 596
6.1. Efeitos em relação ao devedor 597
6.2. Efeitos em relação ao credor 598
6.3. Efeitos em relação a terceiros 598

7. Direito de remição 599
8. Perempção da hipoteca 602
9. Prefixação do valor do imóvel hipotecado para fins de arrematação, adjudicação e remição 604
10. Hipotecas constituídas no período suspeito da falência 605
11. Instituição de loteamento ou condomínio no imóvel hipotecado 606
12. Cédula hipotecária 609
13. Execução da dívida hipotecária 609
14. Extinção da hipoteca 611

Capítulo IV
DA ANTICRESE

1. Conceito 615
2. Características 616
3. Efeitos da anticrese 617
4. Modos de extinção da anticrese 618

Título XIV
DA ENFITEUSE

1. Conceito 619
2. Objeto da enfiteuse 620
3. Características da enfiteuse 620
4. Extinção da enfiteuse 621

Bibliografia 623

STJ00114069 - V. 6

CARLOS ROBERTO GONÇALVES

Mestre em Direito Civil pela PUC-SP.
Desembargador aposentado do Tribunal de Justiça de São Paulo.
Membro da Academia Brasileira de Direito Civil e do Instituto Brasileiro de Direito Contratual. Compõe o Corpo de Árbitros do Centro de Arbitragem e Mediação da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp).

Direito Civil BRASILEIRO

6 DIREITO DE FAMÍLIA

19ª edição
2022

saraiva jur

ISBN 978-85-536-0765-5 obra completa

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
VAGNER RODOLFO DA SILVA – CRB-8/9410

G635d Gonçalves, Carlos Roberto

Direito Civil Brasileiro – Direito de Família – v. 6 / Carlos Roberto Gonçalves. – 19. ed. – São Paulo : SaraivaJur, 2022.

752 p.

ISBN 978-65-5559-609-0 (Impresso)

1. Direito. 2. Direito Civil. 3. Direito de Família. I. Título. II. Série.

CDD 342.16
2021-3909 CDU 347.61

Índices para catálogo sistemático:

1. Direito de Família	342.16
2. Direito de Família	347.61

saraiva EDUCAÇÃO | saraiva

Av. Paulista, 901, 3º andar
Bela Vista – São Paulo – SP – CEP: 01311-100

SAC | sac.sets@saraivaeducacao.com.br

Diretoria executiva	Flávia Alves Bravin
Diretoria editorial	Ana Paula Santos Matos
Gerência editorial e de projetos	Fernando Penteado
Novos projetos	Aline Darcy Flôr de Souza Dalila Costa de Oliveira
Gerência editorial	Isabella Sánchez de Souza
Edição	Liana Ganiko Brito
Produção editorial	Daniele Debora de Souza (coord.) Cintia Aparecida dos Santos Paula Brito
Arte e digital	Mónica Landi (coord.) Camilla Felix Cianelli Chaves Claudirene de Moura Santos Silva Deborah Mattos Guilherme H. M. Salvador Tiago Dela Rosa
Projetos e serviços editoriais	Daniela Maria Chaves Carvalho Emily Larissa Ferreira da Silva Kelli Priscila Pinto Klariene Andrielly Giraldi
Diagramação	Rafael Cancio Padovan
Revisão	Willians Calazans
Capa	IDÉE arte e comunicação
Produção gráfica	Marli Rampim Sergio Luiz Pereira Lopes
Impressão e acabamento	Edições Loyola

Data de fechamento da edição: 5-11-2021

Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL CAE

ÍNDICE

INTRODUÇÃO

CAPÍTULO ÚNICO
DIREITO DE FAMÍLIA

1. Noção de direito de família 17
2. Conteúdo do direito de família 18
3. Princípios do direito de família 21
4. Natureza jurídica do direito de família 25
5. Família e casamento 28
6. Evolução histórica do direito de família 31
7. O direito de família na Constituição de 1988 e no Código Civil de 2002 32

DO DIREITO PESSOAL

TÍTULO I
DO CASAMENTO

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

1. Conceito 36
2. Natureza jurídica 40
3. Caracteres do casamento 42
4. Finalidades do casamento 45

Capítulo II
DO PROCESSO DE HABILITAÇÃO PARA O CASAMENTO

1. Da capacidade para o casamento 48
1.1. Requisitos gerais e específicos 50
1.2. Suprimento judicial de idade 53
1.3. Suprimento judicial do consentimento dos representantes legais 54
2. O procedimento para a habilitação 56
2.1. Documentos necessários 57
2.1.1. Certidão de nascimento ou documento equivalente 60
2.1.2. Autorização das pessoas sob cuja dependência legal estiverem, ou ato judicial que a supra 61
2.1.3. Declaração de duas pessoas maiores, parentes ou não, que atestem conhecer os nubentes e afirmem não existir impedimento 64
2.1.4. Declaração do estado civil, do domicílio e da residência dos contraentes e de seus pais, se forem conhecidos 64
2.1.5. Certidão de óbito do cônjuge falecido, da anulação do casamento anterior ou do registro da sentença de divórcio 65

Capítulo III
DOS IMPEDIMENTOS

1. Conceito e espécies 66
2. Impedimentos resultantes do parentesco (consanguinidade, afinidade e adoção) 68
2.1. A consanguinidade 68
2.2. A afinidade 72
2.3. A adoção 73
3. Impedimento resultante de casamento anterior 74
4. Impedimento decorrente de crime 78

Capítulo IV
DAS CAUSAS SUSPENSIVAS

1. Introdução 82

2. Confusão de patrimônios 83
3. Divórcio 85
4. Confusão de sangue (*turbatio sanguinis*) 86
5. Tutela e curatela 87
6. Observações finais 88

Capítulo V
DA OPOSIÇÃO DOS IMPEDIMENTOS E DAS CAUSAS SUSPENSIVAS

1. Da oposição dos impedimentos 89
1.1. Pessoas legitimadas 89
1.2. Momento da oposição dos impedimentos 90
1.3. Forma da oposição 91
2. Da oposição das causas suspensivas 93
2.1. Pessoas legitimadas 93
2.2. Momento da oposição das causas suspensivas 94
2.3. Forma da oposição 95

Capítulo VI
DA CELEBRAÇÃO DO CASAMENTO

1. Formalidades 96
2. Momento da celebração 99
3. Suspensão da cerimônia 101
4. Assento do casamento no livro de registro 102
5. Casamento por procuração 105

Capítulo VII
DAS PROVAS DO CASAMENTO

1. Introdução 110
2. Prova específica: certidão do registro 111
3. Posse do estado de casados: conceito e elementos 112
3.1. Validade como prova do casamento de pessoas falecidas ou que não possam manifestar vontade 114
3.2. Importância na solução da dúvida entre as provas favoráveis e contrárias à existência do casamento 115
4. Prova do casamento celebrado no exterior 116
5. Casamento cuja prova resultar de processo judicial 119

Capítulo VIII
ESPÉCIES DE CASAMENTO VÁLIDO

1. Casamento válido 120
2. Casamento putativo 121
2.1. Conceito 121
2.2. Efeitos 124
3. Casamento nuncupativo e em caso de moléstia grave 128
4. Casamento religioso com efeitos civis 132
4.1. Retrospectiva histórica 132
4.2. Regulamentação atual 134
5. Casamento consular 136
6. Conversão da união estável em casamento 137

Capítulo IX
DA INEXISTÊNCIA E DA INVALIDADE DO CASAMENTO

1. Casamento inexistente 138
1.1. Diversidade de sexos 140
1.2. Falta de consentimento 144
1.3. Ausência de celebração na forma da lei 144
2. Casamento inválido 146
2.1. Casamento e a teoria das nulidades 146
2.2. Casamento nulo 149
2.2.1. Casos de nulidade 149
2.2.2. Pessoas legitimadas a arguir a nulidade 151
2.2.3. Ação declaratória de nulidade 152
2.3. Casamento anulável 154
2.3.1. Defeito de idade 156
2.3.2. Falta de autorização do representante legal 159
2.3.3. Erro essencial sobre a pessoa do outro cônjuge 159
2.3.3.1. Erro sobre a identidade do outro cônjuge, sua honra e boa fama 162
2.3.3.2. Ignorância de crime ultrajante 166
2.3.3.3. Ignorância de defeito físico irremediável ou de moléstia grave 167
2.3.4. Vício da vontade determinado pela coação 169
2.3.5. Incapacidade de manifestação do consentimento ... 171

2.3.6. Realização por mandatário, estando revogado o mandato 172
2.3.7. Celebração por autoridade incompetente 174
3. Casamento irregular 174

Capítulo X
DA EFICÁCIA JURÍDICA DO CASAMENTO

1. Efeitos jurídicos do casamento 176
1.1. Efeitos sociais 177
1.2. Efeitos pessoais 179
1.3. Efeitos patrimoniais 182
2. Deveres recíprocos dos cônjuges 186
2.1. Fidelidade recíproca 186
2.2. Vida em comum, no domicílio conjugal 187
2.3. Mútua assistência 189
2.4. Sustento, guarda e educação dos filhos 190
2.5. Respeito e consideração mútuos 191
3. Direitos e deveres de cada cônjuge 193
4. O exercício de atividade empresária pelos cônjuges 195

Capítulo XI
DA DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE E DO VÍNCULO CONJUGAL

1. Distinção entre sociedade conjugal e vínculo matrimonial 197
2. Inovação introduzida pela Emenda Constitucional n. 66/2010 ... 198
2.1. Breve escorço histórico 199
2.2. Extinção das causas subjetivas e objetivas da dissolução do casamento 201
3. Causas terminativas da sociedade e do vínculo conjugal 203
4. Morte de um dos cônjuges. Morte real e morte presumida 203
5. Nulidade ou anulação do casamento 207
6. Separação judicial e extrajudicial 209
6.1. Separação de direito ocorrida antes do advento da Emenda Constitucional n. 66/2010 209
6.2. Modalidades de divórcio 209
6.3. Efeitos decorrentes da "PEC do Divórcio" 210
6.4. Espécies e efeitos da separação judicial e extrajudicial 210

6.5. Caráter pessoal da ação 211
6.6. Tentativa de reconciliação e presença de advogado 213

SEPARAÇÃO JUDICIAL POR
MÚTUO CONSENTIMENTO

6.7. Características. Requisito 214
6.8. Procedimento. Cláusulas obrigatórias 215
6.9. Promessa de doação na separação consensual 220
6.10. O procedimento administrativo, mediante escritura pública, para a separação e o divórcio consensuais 222
6.10.1. Inexistência de nascituro ou de filhos incapazes do casal 223
6.10.2. Consenso do casal sobre todas as questões emergentes da separação ou do divórcio 224
6.10.3. Lavratura de escritura pública por tabelião de notas 226
6.10.4. Assistência de advogado 228
6.10.5. Separação ou divórcio consensuais celebrados por autoridades consulares 228

SEPARAÇÃO JUDICIAL A PEDIDO
DE UM DOS CÔNJUGES

6.11. Espécies 229
6.12. Grave infração dos deveres do casamento 231
6.12.1. Adultério 233
6.12.2. Abandono voluntário do lar conjugal 236
6.12.3. Sevícia e injúria grave 239
6.12.4. Abandono material e moral dos filhos 241
6.12.5. Imputação caluniosa 241
6.13. Confissão real e ficta 242
6.14. Insuportabilidade da vida em comum 244
6.15. Ruptura da vida em comum 249
6.16. Separação por motivo de grave doença mental 252
6.17. Separação de corpos 256
7. O uso do nome do outro cônjuge 262
8. Restabelecimento da sociedade conjugal 264

DIVÓRCIO

9. Introdução 266
10. Divórcio-conversão 269
11. Divórcio direto 272
12. Procedimentos do divórcio judicial e da separação de corpos 273
13. O uso do nome do cônjuge após o divórcio 277

PROTEÇÃO DA PESSOA DOS FILHOS

14. Proteção à pessoa dos filhos na separação judicial ou divórcio ... 278
14.1. A guarda unilateral 281
14.2. A guarda compartilhada 282
15. Proteção aos filhos na separação de fato 288
16. Direito de visita 289
17. A síndrome da alienação parental 295

TÍTULO II
DAS RELAÇÕES DE PARENTESCO

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

1. Introdução 301
2. Relações de parentesco socioafetivas 303
3. A multiparentalidade 305
4. O vínculo de parentesco: linhas e graus 311
5. Espécies de parentesco 314

CAPÍTULO II
DA FILIAÇÃO

1. Introdução 317
2. Presunção legal de paternidade 319
2.1. A presunção *pater is est* 319
2.2. A procriação assistida e o Código Civil de 2002 323
3. Ação negatória de paternidade e de maternidade 329
4. Prova da filiação 337

CAPÍTULO III
DO RECONHECIMENTO DOS FILHOS

1. Filiação havida fora do casamento 341
2. Reconhecimento voluntário 343
   2.1. Modos de reconhecimento voluntário dos filhos 343
   2.2. Oposição ao reconhecimento voluntário 349
3. Reconhecimento judicial: investigação de paternidade e maternidade .. 352
   3.1. Legitimidade para a ação 354
   3.2. Fatos que admitem a investigação de paternidade 360
   3.3. Ação de investigação de maternidade 367
   3.4. Meios de prova 368
4. Efeitos do reconhecimento dos filhos havidos fora do casamento ... 375

CAPÍTULO IV
DA ADOÇÃO

1. Conceito e natureza jurídica 379
2. Antecedentes históricos 381
3. A atual disciplina da adoção 385
4. Quem pode adotar 389
5. Quem pode ser adotado 401
6. Requisitos da adoção 402
7. Efeitos da adoção 406
   7.1. Efeitos de ordem pessoal 406
   7.2. Efeitos de ordem patrimonial 409
8. Adoção internacional 411

CAPÍTULO V
DO PODER FAMILIAR

1. Conceito 416
2. Características 418
3. Titularidade do poder familiar 419
4. Conteúdo do poder familiar 421
   4.1. Quanto à pessoa dos filhos 421
   4.2. Quanto aos bens dos filhos 430
5. Extinção e suspensão do poder familiar 433
   5.1. Extinção e perda ou destituição do poder familiar 434
   5.2. Suspensão do poder familiar 439

DO DIREITO PATRIMONIAL

TÍTULO I
DO REGIME DE BENS ENTRE OS CÔNJUGES

1. Disposições gerais 444
2. Regime de bens: princípios básicos 445
   2.1. Da imutabilidade absoluta à mutabilidade motivada 446
   2.2. Variedade de regimes 455
   2.3. Livre estipulação 456
3. Administração e disponibilidade dos bens 457
   3.1. Atos que um cônjuge não pode praticar sem autorização do outro 463
   3.2. Suprimento da autorização conjugal 468
4. Pacto antenupcial 471
5. Regime da separação legal ou obrigatória 473
6. Regime da comunhão parcial ou limitada 479
   6.1. Bens excluídos da comunhão parcial 479
   6.2. Bens que se comunicam, no regime da comunhão parcial. 486
7. Regime da comunhão universal 489
   7.1. Bens excluídos da comunhão universal 491
   7.2. Outras disposições 495
8. Regime da participação final nos aquestos 497
9. Regime da separação convencional ou absoluta 501

TÍTULO II
DO USUFRUTO E DA ADMINISTRAÇÃO DOS BENS DE FILHOS MENORES

1. Exercício do usufruto e da administração 505
2. Autorização judicial para a prática de atos que ultrapassem a simples administração 506
3. Colidência de interesses entre os pais e o filho 507
4. Bens excluídos do usufruto e da administração dos pais 508

TÍTULO III
DOS ALIMENTOS

1. Conceito e natureza jurídica 509
2. Espécies 511

3. Obrigação alimentar e direito a alimentos 519
3.1. Características da obrigação alimentar 521
3.2. Características do direito a alimentos 532
3.3. Pressupostos da obrigação alimentar. Objeto e montante das prestações 542
3.4. Pressupostos subjetivos: quem deve prestar alimentos e quem pode reclamá-los 551
4. Alimentos decorrentes da dissolução da sociedade conjugal e da união estável 563
5. Meios de assegurar o pagamento da pensão 567
5.1. Ação de alimentos 568
5.2. Ação revisional de alimentos 576
5.3. Meios de execução da prestação não satisfeita 580
6. Alimentos gravídicos 595

Título IV
DO BEM DE FAMÍLIA

1. Introdução 602
2. Bem de família voluntário 605
3. Bem de família obrigatório ou legal 611

DA UNIÃO ESTÁVEL

Título Único
DA UNIÃO ESTÁVEL E DO CONCUBINATO

1. Conceito e evolução histórica 627
2. Regulamentação da união estável antes do Código Civil de 2002. 631
3. A união estável no Código Civil de 2002 633
4. Requisitos para a configuração da união estável 636
4.1. Pressupostos de ordem subjetiva 637
4.2. Pressupostos de ordem objetiva 640
5. Deveres dos companheiros 651
6. Direitos dos companheiros 653
6.1. Alimentos 653
6.2. Meação e regime de bens 655
6.3. Sucessão hereditária 662

7. Contrato de convivência entre companheiros 664
8. Conversão da união estável em casamento 668
9. As leis da união estável e o direito intertemporal 670
10. Ações concernentes à união estável 670

DA TUTELA E DA CURATELA

Título I
DA TUTELA

1. Conceito 675
2. Espécies de tutela 677
2.1. Tutela testamentária 678
2.2. Tutela legítima 681
2.3. Tutela dativa 682
3. Regulamentação da tutela 683
3.1. Incapazes de exercer a tutela 683
3.2. Escusa dos tutores 685
3.3. Garantia da tutela 689
3.4. A figura do protutor 692
3.5. Exercício da tutela 694
3.5.1. O exercício da tutela em relação à pessoa do menor .. 695
3.5.2. O exercício da tutela em relação aos bens do tutelado 696
3.6. Responsabilidade e remuneração do tutor 703
3.7. Bens do tutelado 705
3.8. Prestação de contas 706
4. Cessação da tutela 708

Título II
DA CURATELA

1. Conceito 711
2. Características da curatela 712
3. Espécies de curatela 714
3.1. O Estatuto da Pessoa com Deficiência 717
3.2. Curatela dos impedidos, por causa transitória ou permanente, de exprimir sua vontade 718

3.3. Curatela dos ébrios habituais e viciados em tóxico 719
3.4. Curatela dos pródigos 720
3.5. Curatela do nascituro 723
3.6. Curatela de pessoas capazes. Tomada de decisão apoiada . 723
4. O procedimento de interdição 725
4.1. Legitimidade para requerer a interdição 730
4.2. Pessoas habilitadas a exercer a curatela 733
4.3. Natureza jurídica da sentença de interdição 738
4.4. Levantamento da interdição 740
5. Exercício da curatela 741

Bibliografia 743